VI ESSEG

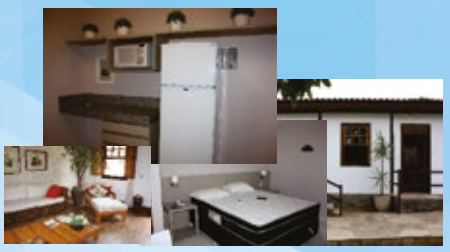
Estudo do Setor de Segurança Privada

30 ANOS

Fenavist

SEDE SINDESP-GO
Rua dos Bombeiros nº 128, Qd. 248
Lotes 12 a 15 - Parque Amazônia
74835-210 - Goiânia - GO
www.sindespgoias.com.br

Sindesp Goiás



Hotel Canto do Sabiá

Av. Dr. Olavo Batista nº 33
Pirenópolis - Goiás
www.hotelsindespgoias.com.br

30 ANOS DE HISTÓRIA EM DEFESA DE SUA REPRESENTATIVIDADE

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) desde 1989 desenvolve trabalhos em Goiás, garantindo os direito e benefícios das empresas da categoria que engloba, além da segurança privada, transporte de valores e cursos de formação em todo o Estado. São 33 associados que fazem parte desta história, e é uma imensa satisfação tê-los como nossos membros. Agradecemos pela confiança, parceria e apoio! Conheça nossa Pousada em Pirenópolis - Goiás acessando o site www.hotelsindespgoias.com.br e faça sua reserva.

A NACIONAL
Vigilância e Segurança Ltda.
Fundada em 20/03/1985

Algar Segurança
e Vigilância Ltda
Fundada em 08/09/2004

ARTSEG Segurança e Vigilância Ltda.
Fundada em 20/11/2002

BRINKS
Segurança e Transporte de Valores Ltda.
Fundada em 31/08/2009

TIRADENTES S.A.
Fundada em 10/06/1987

CENTRO OESTE vigilância e segurança ltda.
Fundada em 04/10/2001

CENTURIÃO
Fundada em 14/06/2016

CONSERVAR
Fundada em 03/01/2014

EDOBSERVICE
Fundada em 23/11/2001

GRUPO ESCUDO
ESCUDO Vigilância e Segurança Ltda.
Fundada em 25/04/1996

FEDERAL SEGURANÇA
FEDERAL - Segurança e Transporte de Valores Ltda.
Fundada em 17/11/1995

FIEL
FIEL Vigilância Ltda.
Fundada em 02/04/1997

GLOBALSEG
Vigilância e Segurança Ltda.
Fundada em 28/05/14

GOCIL SEGURANÇA E SERVIÇOS
Gocil - Serviços de Vigilância
e Segurança Ltda.
Fundada em 07/07/14

GRUPO GOIÁSFORTE
GOIÁSFORTE Vigilância
e Segurança Ltda.
Fundada em 08/11/1994

Fundada em 11/03/2010

GRUPO GUARDIÃ
GUARDIÃ Segurança
e Vigilância Ltda.
Fundada em 12/10/1990

Ipanema
Segurança Ltda.
Fundada em 02/06/1982

LIFE DEFENSE
Life Defense Segurança Ltda
Fundada em 21/09/2010

NEW LINE
New Line Vigilância e Segurança Ltda.
Fundada em 11/07/2007

OFFICE
Fundada em 16/04/2016

PRESTAR SEGURANÇA
Fundada em 19/07/1994

PROFORTE
Fundada em 11/05/1994

PROSEGUR BRASIL S/C
Transportadora de Valores e Segurança
Fundada em 22/01/1970

RG
RG Segurança e Vigilância Ltda.
Fundada em 16/12/2010

RODOBAN
Rodoban Segurança e transporte
de Valores Ltda.
Fundada em 27/03/2013

ROVER
Fundada em 20/03/2014

segurpro
Fundada em 16/08/2017

TECNOGUARDA
Vigilância e Transporte de
Valores Ltda.
Fundada em 15/01/1998

TEKTRON SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
Fundada em 03/02/2004

TOTAL Vigilância Segurança
TOTAL - Vigilância e Segurança Ltda.
Fundada em 03/02/2004

VIP
VIP - Vigilância Intensiva Patrimonial Ltda.
Fundada em 23/04/1996

ZEPIM
Fundada em 17/08/2015

VI ESSEG

Estudo do Setor de Segurança Privada

A segurança privada passada a limpo.

SUMÁRIO

EXPEDIENTE.....7

PALAVRA DO PRESIDENTE.....14

APRESENTAÇÃO DA FENAVIST.....18

1. INTRODUÇÃO.....22
1.1 OBJETIVO DA PESQUISA.....22
1.2 SETORES ABRANGIDOS POR ESTE ESTUDO.....22
1.3 METODOLOGIA.....22

2. CONTEXTO ATUAL.....27
2.1 ANÁLISE DO MERCADO.....27
2.2 CUIDADOS.....28
2.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL E PERSPECTIVAS.....28

3. NÚMEROS DO SETOR.....30
3.1 NÚMERO DE EMPRESAS.....30
EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS.....30
EMPRESAS POR REGIÃO.....31
EMPRESAS POR ESTADO.....32
EMPRESAS PELO TIPO.....33
EMPRESAS DE CURSO DE FORMAÇÃO.....33

3.2 NÚMERO DE TRABALHADORES.....34
EVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES.....34
TRABALHADORES POR REGIÃO.....35
TRABALHADORES POR ESTADO.....36
VIGILANTES POR REGIÃO.....37
VIGILANTES POR ESTADO.....38

3.3 FATURAMENTO.....39
EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO.....39
FATURAMENTO POR REGIÃO.....40
FATURAMENTO POR ESTADO.....41
FATURAMENTO NA ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA.....42

FATURAMENTO NA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE VALORES.....43
PERFIL CONTÁBIL DAS EMPRESAS.....44
REAJUSTES DOS PISOS SALARIAIS NO BRASIL.....45

3.4 COMPRA DE ARMAS LETAIS.....46
ARMAS POR REGIÃO.....46

3.5 COMPRA DE MUNIÇÕES.....47
MUNIÇÕES POR REGIÃO.....47

3.6 VEÍCULOS ATIVOS NA SEGURANÇA PRIVADA.....48
VEÍCULOS LEVES DE TRANSPORTE DE VALORES..... 49
VEÍCULOS CARROS-FORTES.....50
VEÍCULOS ESCOLTA ARMADA..... 51
OUTROS VEÍCULOS.....52

4 FLUXO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS.....53
4.1 EVOLUÇÃO DO SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS.....53
4.2 SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS POR REGIÃO.....54
4.3 SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS POR ESTADO.....55
4.4 TEMPO MÉDIO DE EMPREGO EM MESES5.....56
4.5 TAXA DE ROTATIVIDADE5.....56

5. NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....57
5.1 NÚMERO DE AUXÍLIOS-DOENÇA.....57
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUXÍLIOS-DOENÇA.....57
NÚMERO DE AUXÍLIOS-DOENÇA POR REGIÃO.....58
NÚMERO DE AUXÍLIOS-DOENÇA POR ESTADO.....59

5.2 VALORES PAGOS EM AUXÍLIOS-DOENÇA.....60
EVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS EM AUXÍLIOS-DOENÇA.....60
VALORES PAGOS EM AUXÍLIOS-DOENÇA POR REGIÃO.....61
VALORES PAGOS EM AUXÍLIOS-DOENÇA POR ESTADO.....62

5.3 OBITUÁRIO.....63
EVOLUÇÃO DE ÓBITOS.....63
ÓBITOS POR REGIÃO..... 64

6. PERFIL DO TRABALHADOR.....66
6.1 GÊNERO.....66
6.2 FAIXA ETÁRIA.....67
6.3 ESCOLARIDADE.....69
6.4 REMUNERAÇÃO.....70
EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA.....70
REMUNERAÇÃO POR FAIXA SALARIAL.....71

7 A SEGURANÇA PRIVADA NA EUROPA.....73
7.1 NÚMERO DE EMPRESAS, VIGILANTES E FATURAMENTO.....73
7.2 CLASSIFICAÇÃO PELO FATURAMENTO.....74

8. OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA NO SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA (POR ANTONIO EVERTON E CATARINA CARNEIRO).....77

9. QUAL SERÁ O FUTURO DA SEGURANÇA NAS ORGANIZAÇÕES? (POR TÁCITO AUGUSTO SILVA LEITE).....84

10. UMA INTRODUÇÃO SOBRE COTAS DE APRENDIZES E DE DEFICIENTES (POR DRA. SORAYA CARDOSO SANTOS PIRES).....89

11. APRENDIZAGEM – FORMAÇÃO PROFISSIONAL – DISTORÇÃO DA LEI, POR MEIO DE DECRETOS (POR DRA. LIRIAN SOUSA SOARES CAVALHERO).....92

EXPEDIENTE

DIRETORIA-EXECUTIVA

PRESIDENTE NACIONAL

Jeferson Furlan Nazário

VICE-PRESIDENTE NACIONAL

José Jacobson Neto

VICE-PRESIDENTES

Agostinho Rocha Gomes; Alberto Mario Alves Fonseca; Aldair Neves Pinto Júnior; Alessandro Abrahão Netto de Jesus; Alex Bortoletti; Alfredo Vieira Ibiapina Neto; Alipio José Castelo Branco Junior; Amauri de Oliveira Soares; Amilto José do Pilar; Andrea Carla Gomes Ferreira; Angelo Roberto Jacomini; Ari Favero Dal Bem; Autair Iuga; Avelino Lombardi; Carlos Gualter Gonçalves de Lucena; Carlos Eduardo Lobato Frota; Denilson Colodetti Pinheiro; Dilmo Wanderley Berger; Domingos Alcantara Gomes; Edimar Barbosa; Edmilson Pereira de Assis; Edson Pinto Neto; Ernani Luiz de Miranda; Fabiano Barreira da Ponte; Fernando Henrique Ribas; Fernando Luiz Sizenando Silva; Flavio Sandrini Baptista; Francisco de Assis Bezerra da Fonseca; Frederico Carlos Crim Câmara; Gilberto Perera; Halano Soares Cunha; Ivan Hermano Filho; Jacymar Daffini Dalcamini; Jeferson Furlan Nazário; Jerfferson Simões; João Eliezer Palhuca; João José Andrade de Almeida; José Elcino Rodrigues Bueno; José Evaldo Vieira; José Jacobson Neto; José Pacheco Ferreira; Joseph Ribamar Madeira; Lauro Santana Silva; Lélio Vieira Carneiro; Leonardo Ottoni Vieira; Leslie Castelo de Vasconcelos; Luis Fernando Azevedo da Silva; Luis Gustavo Silva Barra; Marcus Vinícius Castro do Nascimento; Odair de Jesus Conceição; Orlando Braga de Almeida; Paulo César Braga Icó da Silva; Paulo Roberto da Cruz Azevedo; Percival Aracema; Renato Fortuna Campos; Ricardo Tadeu Corrêa; Ruben Schechter; Sandro Ataíde Moura; Sandro Maurício Smaniotto; Sidney Tinoco; Silvio Renato Pires; Urubatan Estevam Romero; Waldemar Pellegrino Junior.

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

Agostinho Rocha Gomes; Alfredo Vieira Ibiapina Neto; Angelo Roberto Jacomini; Carlos Eduardo Lobato Frota; Francisco de Assis Bezerra da Fonseca; Frederico Carlos Crim Câmara; Leonardo Ottoni Vieira.

CONSELHO FISCAL

Denilson Colodetti Pinheiro; Ernani Luiz de Miranda; Halano Soares Cunha; João José Andrade de Almeida; Marcus Vinícius Castro do Nascimento; Sandro Ataíde Moura.

DELEGADOS REPRESENTANTES

Jacymar Daffini Dalcamini; Jeferson Furlan Nazário; Odair de Jesus Conceição; Waldemar Pellegrino Junior.

CONSELHO DE EX-PRESIDENTES

Eunício Lopes de Oliveira; Lélio Vieira Carneiro; Cláudio Neves; Jerfferson Simões; Odair de Jesus Conceição.

Fenavist

Ana Paula dos Santos Queiroga (Superintendente); Maria Sandra Angelino; Elaine Cristina de Sousa Barbosa Alves; José Reinaldo de Lima Silva; Luciana Fernandes Lopes da Silva Ribeiro; Monica Ellen Freitas do Amaral; Natália Oliveira Alves; Pedro Afonso de Almeida B. Republicano Martins; Rayane Sousa Guilhon e Soraya Cardoso Santos.

FICHA TÉCNICA

Coordenação
Ana Paula Queiroga

Produção e Desenvolvimento
Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)
Estatístico Responsável
José Reinaldo de Lima Silva
Conselho Regional de Estatística (CONRE 1)
Número de Inscrição 10555

Colaboração
Consultor Econômico da Fenavist
Vilson Trevisan

Revisão
Fátima Loppi

Projeto Gráfico e Diagramação
Ligia Uchôa

Impressão
Editora Gráfica Bernardi Ltda.
1ª Edição – 2.500 exemplares

SINDICATOS

SINDESP/AC
Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 175 – Sala 3 – Bosque – Rio Branco/AC
CEP: 69900-721
Telefone: (68) 3301-7430
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com

SINDESP/AL
Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda, nº 36 – Ed. Delmiro, Sala 305 – Centro – Pça. Palmares – Maceió/AL
CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br

SINDESP/AM
Endereço: Rua Belo Horizonte, nº 19 – Ed. The Place Business Center, Sala 717 – Adrianópolis – Centro – Manaus/AM
CEP: 69057-060
Telefones: (92) 3613-1213/3613-1025/99303-1047
E-mail: sindespam@sindespam.com.br

SINDESP/AP
Endereço: Rua Jovino Dinoá – de 1.094/1.095 a 2.614/2.615, nº 1.770
Condomínio Marnazul, Sala 4 – Central – Macapá/AP
CEP: 68900 075
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com

SINDESP/BA
Endereço: Avenida Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" – Centro Emp. Iguatemi – Salas 421/424 – Pituba – Salvador/BA
CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411
E- mail: sindespba@terra.com.br

SINDESP/CE
Endereço: Rua Pereira Filgueiras, nº
2.020 – Salas 303/304 – Aldeota – Fortaleza/CE
CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br

SINDESP/DF
Endereço: SAAN Quadra 3 Lote 1.300 – Brasília/DF
CEP: 70632-300
Telefones: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br

SINDESP/ES
Endereço: Avenida Cesar Helal, nº 323 – Bento Ferreira – Vitória/ES
CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindesp.es@terra.com.br

SINDESP/GO
Endereço: Rua dos Bombeiros, nº 128 – Quadra 248 – Lts 12 a 15 – Parque Amazônia- Goiânia/GO
CEP: 74835-210
Telefones: (62) 3218-5946/3089-1212
E-mail: sindespgoias@uol.com.br

SINDESP/MA
Endereço: Rua Oswaldo Cruz, nº 1.555 – Ed. João Pessoa – Sala 708 – 7º Andar – Ed. João Pessoa – São Luís/MA
CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br

SINDESP/MG
Endereço: Av. Raja Gabaglia nº 2.000, – Torre I Estoril – Salas 334 a 341 – Belo Horizonte/MG
CEP: 30494-170
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br

SINDESV/MS
Endereço: Rua Japão, nº 815 – Jóquei Club Campo Grande/MS
CEP: 79080-450
Telefone: (67) 3222-5422
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br

SINDESP/MT
Endereço: Rua Desembargador Ferreira Mendes, nº 233 – Ed. Master Center, Salas 2/3 – Centro Sul – Cuiabá/MT
CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br

SINDESP/PA
Endereço: Travessa Vileta, nº 2.152, Marco – Belém/PA
CEP: 66093-345
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br

SINDESP/PB
Endereço: Avenida Dom Pedro II, nº 1.269, Ed. Síntese, Salas 802/803 – Centro – João Pessoa/PB
CEP: 58040-916
Telefone: (83) 3241-6466
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com

SINDESP/PE
Endereço: Avenida Agamenon Magalhães, nº 2.764 – Ed. Emp. Ant. Albuquerque Galvão Espinheiro, Sala 103 – Recife/PE
CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br

SINDESP/PI
Endereço: Avenida Barão de Castelo Branco, nº 3.319 B. – Monte Castelo – Teresina/PI
CEP: 64016-850
Telefones: (86) 2106-0924/0900
E-mail: alexsandra.veiga@grupocetseg.com.br

SINDESP/PR
Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 – Parolin – Curitiba/PR
CEP: 80220-290
Telefones: (41) 3233-6787/3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br

SINDESP/RJ
Endereço: Avenida Paulo de Frontin, nº 383 – Rio Comprido – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20261-240
Telefones: (21) 2293-4354/2502-6601
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br

SINDESP/RN
Endereço: Avenida Amintas, nº 3.700 – Corporate Tower Center – Torre Business (Torre B) – 18° andar – Sala 1.806 – Lagoa Nova – Natal/RN
CEP: 59075-810
Telefones: (84) 3217-0476/99705-0013 (WhatsApp)
E-mail: sindesprn@hotmail.com

SINDESP/RO
Endereço: Avenida Amazonas, nº 9.069 – Socialista – Porto Velho/RO
CEP: 76828-870
Telefone: (69) 3226-6269
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com

SINDESP/RR
Endereço: Rua Rondônia, nº 857 – Bairro dos Estados – Boa Vista/RR
CEP: 69305-500
Telefone: (95) 3198 2203
E-mail: julio.barreto@prosegur.com

SINDESP/RS
Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1.570 – Sala 207 – Porto Alegre/RS
CEP: 90150-004
Telefones: (51) 3233-7172/9744
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br

SINESVINO/RS
Endereço: Rua Júlio de Castilhos, nº 651 – Sala 109 – Centro, Farroupilha/RS
CEP: 99170-508
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com

SINDESP/SC
Endereço: Rua Deodoro, nº 226 – Ed. Marco Pólo – 4° Andar
Centro – Florianópolis/SC
CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br

SINDESP/SE
Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, nº 347 – Jardim Alvorada – Aracaju/SE
CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: sindesp-se@infonet.com.br

SESVESP/SP
Endereço: Rua Bernadino Fanganiello, nº 691 – Casa Verde Baixa – São Paulo/SP
CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br

SEMEESP/SP
Endereço: Rua Bernadino Fanganiello, nº 691 – Casa Verde Baixa – São Paulo/SP
CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br

SINDESP/TO
Endereço: Orla 14, Avenida LO 3 QI. 12 – Lote 15 – Plano Diretor Sul – Palmas/TO
CEP: 77026-070
Telefone: (63) 3214-1400
E-mail: sindespto@uol.com.br

ASSOCIAÇÕES

ABTV – Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores
Endereço: Alameda Santos, nº 455 – 15º Andar. Conj. 1.503/1.508 – Cerqueira Cesar – São Paulo/SP
CEP: 01419-000
Telefone: (11) 3856-0057
E-mail: administracao@abtvalores.com.br

ABCFAV – Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes
Endereço: Rua Bernadino Fanganiello, nº 691 – 2º andar – Casa Verde Baixa – São Paulo/SP
CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3416-0720
E-mail: contato@abcfav.com.br

ABREVIS – Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança
Endereço: Rua Bernadino Fanganiello, nº 691 – Casa Verde – São Paulo/SP
CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: abrevis@abrevis-seg.com.br

ABESE – Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança
Endereço: Rua Coronel Lisboa, nº 432 – Vila Mariana – São Paulo/SP
CEP: 04020-040
Telefone: (11) 3294-8033
E-mail: abese@abese.org.br

ABSEG – Associação Brasileira de Profissionais de Segurança
Endereço: Rua Bernadino Fanganiello, nº 691 – 3°andar – Casa Verde – São Paulo/SP
CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3255-6573
E-mail: abseg@abseg.org.br / presidencia@abseg.org.br

ANTV – Associação Nacional das Empresas de Transporte de Valores
Endereço: Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Lote 15 – Bloco "E" – Edifício Prime – Sala 206 – Sobreloja –Brasília/DF
CEP: 70070-120
Telefone: (11) 3613-8080
E-mail: odairconceicao@terra.com.br

Este estudo foi produzido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e não pode ser reproduzido sem sua expressa autorização.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Desde a edição passada, publicada em 2017, o Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG) tem exposto de forma visceral algo que há anos afirmamos: como em todas as atividades do País, o segmento cresce diante de uma economia forte e não do aumento da violência.

O VI ESSEG, que analisa informações entre os anos de 2014 e 2018, demonstra queda tanto no número de trabalhadores quanto no valor de faturamento, um cenário preocupante para empresas, trabalhadores, sociedade e o próprio governo.

É de conhecimento notório que, desde 2015, o Brasil passa por uma crise econômica severa. A leve recuperação iniciada no ano passado teve efeito inócuo até o momento. Os índices de desempregados no País só aumentam. Ao mesmo tempo, as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) têm sido revisadas para baixo.

A segurança privada não é uma bolha. O segmento sofre as consequências da retração econômica de forma até mais dura do que em outras áreas. A espiral é cruel. A equação menos pessoas empregadas, menos dinheiro em circulação, consumo em queda termina com o fechamento de comércios e indústrias, dois dos principais clientes da segurança privada.

Diante da queda da demanda, as empresas do segmento não conseguem manter os funcionários e acabam retroalimentando a cadeia negativa, que afeta diretamente as contas públicas. Mais de 80% do faturamento do segmento volta para o governo em forma de tributos e encargos sociais. Em um momento que união, estados e municípios sofrem para pagar contas corriqueiras, a queda na arrecadação proveniente da segurança privada tem um grande impacto.

Por último, temos a população, talvez, a parte mais prejudicada. Os cidadãos se veem diante de menos empregos, menos segurança – uma vez que o segmento tem papel de destaque na complementaridade da segurança pública – e menos investimentos do governo.

Situação sem solução? Não! Obviamente, as perspectivas não vão mudar do dia para a noite. Mas, alguns passos podem ser dados rapidamente, de modo que se atenue esse grave cenário. O primeiro e mais importante deles passa pelo Congresso Nacional.

Na verdade, se o Senado tivesse agido com mais celeridade, talvez a situação hoje fosse bem menos crítica. Desde 2017, após vários anos de tramitação respeitando todos os ritos regimentais, o Estatuto da Segurança Privada se encontra pronto para ser votado pelo Plenário da Casa. Por vários meses, ele

chegou a deter um requerimento de urgência, o que dava caráter prioritário à votação.

Por motivos inexplicáveis, porém, alguns parlamentares travaram a análise, ao optarem por defender interesses que contrariam a vontade expressa de trabalhadores, da Polícia Federal, órgão regulador e fiscalizador, e das empresas. O tripé de sustentação da atividade é unânime em defender a aprovação da matéria. E o senado também deveria.

O Estatuto da Segurança Privada é a mola propulsora para a retomada da atividade. Ao atualizar a Lei nº 7.102/1983, a nova legislação trará outras oportunidades de negócios, aumentará as possibilidades de atuação da segurança privada, e, consequentemente, o número de empregos. Além disso, os trabalhadores terão os direitos assegurados, bem como a PF, maior poder de fiscalização, o que contribuirá para o combate à clandestinidade.

A sociedade também será beneficiada. Contará com profissionais ainda mais bem preparados. O uso de novas tecnologias será expandido. A população se sentirá mais segura com a presença dos vigilantes nos ambientes privados, os quais ela frequenta. A sensação de proteção também será potencializada pelo aumento do número de policiais nas ruas, já que o Estatuto permite que a Segurança Privada atue em novas áreas que, hoje, só podem ser ocupadas por agentes públicos. Essa maior integração permitirá que os policiais sejam liberados para atuar ostensivamente no combate da criminalidade.

Por todos esses motivos, o VI ESSEG se torna ainda mais importante que as edições passadas. Além de servir de instrumento fundamental para o planejamento estratégico das empresas, negociações de acordos coletivos, fonte de consulta para os três poderes, sociedade civil e imprensa, ele é o grande fiador dos nossos argumentos perante o Congresso Nacional.

Já passamos por outros momentos difíceis. Tenho a certeza de que também podemos sair deste. Para alcançar esse objetivo, continuaremos o trabalho incansável com os parlamentares para aprovar a nova legislação, bem como encontrar outras saídas, sempre orientados pelos números do ESSEG.

Analisar as informações contidas nas páginas que se seguem é fundamental para todos nós.

Um forte abraço

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (SINDESP-PR) teve sua carta sindical emitida em 1º de maio de 1987. Em 2019, a instituição completa 32 anos de atuação. O sindicato representa cerca de 200 empresas autorizadas pela Polícia Federal no estado do Paraná.

As empresas associadas têm acesso, em nível estadual e federal, assessoria e acompanhamento de processos na Polícia Federal, no Ministério do Trabalho e em outros órgãos. Os empreendedores do ramo também participam ativamente das negociações de convenção coletiva de trabalho, têm assessorias para assuntos coletivos e relacionados às normas da PF e contam com um moderno sistema de emissão gratuita de certidões de regularidade disponível no site do Sindicato. Além disso, as associadas têm à sua disposição, auditório totalmente equipado com capacidade para 70 pessoas, espaço para eventos e confraternizações, sala de reuniões e amplo estacionamento.

O SINDESP-PR oferece ainda a seus filiados, descontos e atendimento diferenciado em parcerias com escritórios de advocacia, de contabilidade, empresa de vale alimentação, seguro de vida plano odontológico, faculdades, hotéis entre outros. Os associados recebem, por e-mail, informações relevantes à categoria transmitidas pela Fenavist, do Diário Oficial da União, entre outros.

MISSÃO E VALORES

O SINDESP-PR tem como missão assegurar melhores condições para gerar resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da categoria de serviços relacionados à segurança privada no Paraná.

Nossa visão é promover o desenvolvimento econômico e social, através de ações envolvendo a classe empresarial, com o objetivo de consolidar o segmento de segurança privada na sociedade brasileira como uma categoria empresarial comprometida com o desenvolvimento do país, contribuindo com o poder público na promoção da segurança pública.

Selo de Qualidade

Em 2019, o SINDESP-PR lançou um selo de autenticidade para as empresas de segurança privada. Com este selo, os contratantes têm a certeza de que a empresa é associada ao Sindesp-PR e devidamente autorizada pela Polícia Federal a atuar com segurança privada.

Em conjunto com o selo, foi desenvolvido um QRCODE para cada uma das associadas, o qual contém informações da empresa. Este material deve ser utilizado nas propostas comerciais. "É uma inovação no segmento, pois acreditamos que trará maior credibilidade às nossas associadas perante aos contratantes,", afirma Alfredo Ibiapina, Presidente do SINDESP-PR.

EMPRESAS ASSOCIADAS:

APRESENTAÇÃO DA FENAVIST

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist)

Fundada em 1º de março de 1989 pelos Sindicatos representantes da categoria empresarial, a Fenavist é uma entidade sindical patronal criada para representar os interesses do segmento de segurança privada no Brasil. Sua criação veio com a necessidade de o segmento organizar-se e oferecer um trabalho de boa qualidade e credibilidade, determinado pela Legislação que regulamentou a segurança privada no Brasil (Lei nº 7.102/83).

Com sede em Brasília, no centro da Capital Federal, a Fenavist representa cerca de 2.694 empresas, responsáveis pela geração direta de aproximadamente 554 mil empregos diretos. A Fenavist tem jurisdição nacional, além de ser filiada à Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), na qual seus representantes compõem importantes cargos.

Em parceria com Sindicatos, Associações e Empresas, a Fenavist tem o compromisso de representar os empresários de segurança de forma ampla e transparente, com o objetivo de unir a comunidade de segurança privada no Brasil, prestando serviços e promovendo modernização e crescimento da atividade.

Missão da Fenavist

"Assegurar às atividades de segurança privada melhores condições para gerar resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade."

Visão da Federação

"Liderar o segmento empresarial representado com reconhecida influência no desenvolvimento das atividades da segurança privada, da sociedade e dos poderes constituídos."

Política da Qualidade Fenavist

A Fenavist tem o compromisso de representar com ética e excelência os interesses da segurança privada no Brasil, assegurando os requisitos aplicáveis, sua credibilidade, resultados e sustentabilidade, por meio de:

- Investimentos constantes na capacitação de seus colaboradores, diretores e representados;
- Utilização de recursos tecnológicos modernos;
- Valorização dos profissionais da atividade;
- Participação ativa no cenário mundial;
- Melhoria constante de seus processos.

A Fenavist tem consciência de seu importante papel no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sindicatos, das empresas e dos profissionais de segurança privada do Brasil, na melhoria da segurança da sociedade e no desenvolvimento de ações sociais para a comunidade, e, dessa forma, continuará como referência da segurança privada do Brasil.

Bandeiras da Federação

Fortalecimento da representatividade;
Gestão pública eficaz;
Racionalização dos tributos;
Liberdade individual e coletiva na relação de emprego;
Combate à informalidade e luta pela longevidade das empresas;
Integração da segurança pública e segurança privada;
Luta intransigente para soberania da segurança privada nacional.

Confira algumas das ações da Fenavist

- Trabalho na construção de um segmento organizado e fiscalizado por órgão competente (Lei n° 9.017/1995; Portaria n° 992/95).
- Presença na atualização da legislação do setor (Lei n° 7.102/1983; Lei n° 8.863/94).
- Presença perante os órgãos reguladores do Executivo, Legislativo e Judiciário e órgãos fiscalizadores.
- Participação nas discussões, elaboração e redação do texto do Estatuto da Segurança para substituir a Lei n° 7.102/1983.
- Apoio e orientações nas negociações com os trabalhadores sobre as Convenções de Trabalho da atividade de segurança privada, que hoje são reconhecidas por trabalhadores, empresas e pelo Ministério do Trabalho.
- Trabalho no combate à clandestinidade com campanhas educativas, apoio às operações realizadas pela Polícia Federal e por órgãos públicos, além do esclarecimento à mídia.
- Criação do Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG), do Custo Unitário Básico (CUB), do Estudo sobre Encargos Sociais, do Boletim Estatístico do Setor, do Estudo sobre Admissões e Desligamentos, do Auxílio-Doença e das Cartilhas orientativas e explicativas, como a da Lei Anticorrupção (Lei n° 12.846/13), ferramentas indispensáveis ao planejamento das empresas.
- A Fenavist foi escolhida pela Polícia Federal, órgão que regulamenta o setor, para ser a parceira na divulgação e no desenvolvimento da Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) em todo o País.
- Luta contra o aumento do PIS/COFINS.
- Alcance da redução da taxa sobre o uso de arma.
- Disseminação do conceito de que segurança pública e segurança privada são complementares e não concorrentes.
- Participação em organismos internacionais, como a Federação Mundial de Segurança, e nas reuniões da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Integração dos sindicatos e empresas de todos os estados por meio de Seminários, Fóruns e Encontros das Empresas de Segurança Privada (Enesp's).
- Vinculação dos Sindicatos à Federação e à CNC.

Sede da Fenavist

Localizada no SBS Quadra 2, Bloco E, Ed. Prime, salas 1.601/1.602, a sede da Fenavist possui infraestrutura necessária em todas as atividades Administrativa, Financeira, de Comunicação e Estratégicas da Federação.

1. INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo do VI Estudo do Setor da Segurança Privada (VI ESSEG) é fornecer às instituições e a seus representantes (órgãos reguladores, órgãos de fiscalização, sindicatos, diretores e associados), entidades (de classe e sociedade), contratantes, mídia e comunidade acadêmica (estudiosos, professores e estudantes) informações sobre o setor de segurança privada do País que sejam de relevância e que sirvam de referência no debate e entendimento da segurança privada. As informações são de 2018, observando-se períodos de evolução que variam de 2014 a 2018.

1.2 SETORES ABRANGIDOS POR ESTE ESTUDO

Delimitaram-se como setores abrangidos por este estudo as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação de vigilantes. Porém, no decorrer das análises, serão apresentadas, basicamente, informações das atividades de vigilância e segurança privada e atividades de transporte de valores (denominações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Isso ocorre porque as atividades de vigilância patrimonial, escolta armada e segurança pessoal estarão incluídas na denominada atividade de vigilância e segurança privada. Esses aspectos serão mais bem discutidos na metodologia.

1.3 METODOLOGIA

O VI Estudo do Setor da Segurança Privada (VI ESSEG) dá prosseguimento a estudos anteriores sobre o setor de segurança privada no Brasil. Nos dois primeiros ESSEGs, grande parte dos dados utilizados tinha como fonte de dados a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), dados do Departamento de Polícia Federal (DPF), da Fenavist, entre outros. Já o terceiro e quarto ESSEGs, além de algumas fontes citadas, utilizaram, em parte, uma metodologia baseada em estimativas dos dados obtidos. No V ESSEG foram retomadas as experiências com as fontes de dados aplicadas nos dois primeiros ESSEGs. Por fim, neste VI ESSEG, serão aprimorados métodos aplicados no V ESSEG visando ampliar o nível de informação ao leitor.

Nesse sentido, no decorrer desta seção, serão apresentados os principais eixos temáticos em que o estudo se desenvolve, bem como algumas características e/ou considerações sobre as fontes de dados utilizadas, assim como divergências surgidas pela atualização de bases de dados distintas e o modo como essas se contextualizam com o setor de segurança privada.

Inicialmente, é necessário esclarecer o termo segurança privada. A segurança privada, que pode ser especializada ou orgânica, é uma atividade complementar à atividade de segurança pública em termos de legislação específica e regulada, autorizada e fiscalizada pelo Departamento de Polícia Federal. Essa informação é necessária para que fique claro ao leitor que, neste estudo, quando for utilizado o termo segurança privada, na verdade, está se referindo

apenas a empresas, trabalhadores e demais participantes do segmento de segurança privada especializada.

▶ O **VI ESSEG** foi construído sobre os seguintes eixos temáticos:

1. Contextualização do Setor de Segurança Privada: apresenta características da segurança privada no cenário econômico atual, a lei de aprendizagem no País, o futuro da segurança nas organizações e os impactos da violência no setor.
2. Informações Gerais da Segurança: este eixo dimensiona o setor, sobre número de empresas e trabalhadores, compra de armas e munições, número de veículos de transporte de valores e escolta armada, entre outros.
3. Aspectos Econômicos: refere-se aos valores de faturamento do setor quanto a sua evolução, por região, por estado e demais itens. Também faz uma breve análise do mercado europeu com destaque para os 20 países com maior faturamento.
4. Análises Estatísticas: mostra números e valores de auxílios previdenciários e acidentários pagos e acidentes de trabalho que resultaram em óbito. Analisa o fluxo de admissões e desligamentos no setor.
5. O Profissional de Vigilância: traz informações sobre o número de vigilante por estado e por região. Traça um perfil geral do trabalhador no País sobre gênero, idade, remuneração, entre outras características.

A fonte das informações utilizadas na construção desses eixos temáticos veio do Ministério da Economia (ME), Departamento de Polícia Federal (DPF), Diário Oficial da União (DOU) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

▶ Do **Ministério da Economia** foram obtidos dados de três bases, quais sejam:

1. Relação Anual das Informações Sociais (Rais): é um registro administrativo de abrangência nacional com o objetivo de fornecer, entre outras informações, dados estatísticos sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. A Rais é obrigatória para todos os estabelecimentos (empresas) do País, que devem enviar suas declarações no prazo determinado, considerando que possui cobertura de cerca de 97% do universo do mercado formal do País. Em seus registros existem ainda as Declarações fora do prazo que, como o próprio nome sugere, são as declarações enviadas pelos estabelecimentos fora do prazo de entrega. Neste estudo não foram consideradas essas declarações.

Os dados da Rais têm a particularidade de não chegar a níveis, para a atividade de segurança privada, tão detalhados como normalmente se conhecem, ou seja, aqueles dados sobre as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação de vigilantes.

Basicamente, a Rais inclui duas atividades: atividade de vigilância e segurança privada e a atividade de transporte de valores. Dentro dessa perspectiva, é necessário observar que na atividade de vigilância e segurança privada estão incluídas as atividades de vigilância patrimonial, escolta armada e segurança pessoal, e que a atividade de cursos de formação de vigilantes não está incluída. Dessa forma, em todas as informações neste estudo que tiveram como referência a Rais não constam informações sobre cursos de formação.

Outro ponto a ser observado e que causa viés nos dados da base da Rais é que dentro da atividade de vigilância e segurança privada existe ainda a atividade (subclasse) de serviços de adestramento de cães de guarda. Essa atividade não é representada pelo setor de segurança privada, portanto, não deveria estar presente nessa base. Porém, neste estudo, não foi possível desagregá-la. Fica a ressalva de que o viés decorrente dessa atividade não causa grandes distorções nos dados apresentados pelo fato de que a atividade não é muito representativa em termos numéricos relativos.

Também não foram utilizadas as informações sobre estabelecimentos (empresas) por se compreender que nessa base de dados existe uma parcela de estabelecimentos que está com sua Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) errada ou que é formada por clandestinos.

Todas as informações do capítulo 6 tiveram como base percentuais obtidos da Rais 2017.

2. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED): foi criado no ano de 1965, instituindo a obrigatoriedade de informar, por parte dos estabelecimentos (empresas), a movimentação de admitidos e desligados em determinado período. Igualmente à Rais, o CAGED também possui as Declarações fora do prazo que, novamente, neste estudo, não foram consideradas.

Devido à natureza distinta das bases de dados Rais e CAGED, os resultados sobre saldo de contratações e estoque podem sofrer pequenas diferenças numéricas.

3. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV): empresa pública, surgiu dos centros de processamento de dados dos institutos de previdência existentes na década de 70 e é responsável pela disseminação das informações por meio de seus anuários e boletins estatísticos sobre benefícios, contribuições previdenciárias e outros. Dessa base de dados foram obtidos dados sobre número e valores pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes a:

    - Auxílios-Doença previdenciários e acidentários liquidados, ou seja, aqueles cujo processo foi encerrado administrativamente pelo INSS, depois de completado o tratamento e indenizadas as sequelas;

    - Dados sobre óbitos que correspondem ao número de segurados que faleceram em função de acidente de trabalho.

No capítulo 5, seção 5.3, a estimativa no valor de 53 teve como base a média de óbitos dos últimos dez anos. Aplicou-se a técnica estatística de intervalo de confiança de 5% de significância. Dessa forma, a média de 53 óbitos pode variar, aproximadamente, entre 40 e 65.

No quadro abaixo seguem as variações por região:

Região	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Total
Estimativa	4	11	8	26	4	53
Limite Superior	5	13	10	31	6	65
Limite Inferior	3	8	5	21	3	40

▶ Do **Departamento de Polícia Federal** foram obtidos dados por intermédio da Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP), responsável pela coordenação das atividades de segurança privada, e da Divisão de Análise de Processos e Expedição de Documentos (DAPEX/CGCSP), responsável pelo processo de autorização de funcionamento das empresas, dados sobre número de empresas, cursos de formação, armas, munições e veículos.

Torna-se necessário informar que, quando se fizer referência ao número de empresas, serão consideradas não só a matriz, mas também as filiais nos estados, e que essas empresas estão ativas ou inativas em razão de efeito suspensivo pela Polícia Federal.

Por serem dados da Polícia Federal, o número de empresas apresentado neste estudo se refere àquelas que têm autorização de funcionamento expedida por esse órgão, ou seja, o universo de empresas clandestinas não está sendo considerado.

▶ Do **Diário Oficial da União,** um veículo de comunicação pelo qual assuntos da esfera federal são tornados públicos.

Com base em informações anunciadas por esse meio de comunicação, a Fenavist constrói uma base de dados que, neste estudo, foi utilizada na disponibilização de informações sobre compra de armas e munições.

As informações sobre armas e munições se referem às atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação de vigilantes.

▶ Do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),** uma entidade da administração pública federal e principal fornecedor de dados e informações do País. Entre suas várias funções, o IBGE é responsável pela produção e análise de informações estatísticas, produção e análise de informações geográficas, estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais, coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais etc. Do IBGE foram obtidos dados econômicos sobre o faturamento.

Sobre os dados, é fundamental que se diga que são resultado da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), estimativas tiradas do estrato certo (empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas). Essas empresas são selecionadas por meio de processos estatísticos de seleção dentro do cadastro básico de seleção da PAS, construído com base no Cadastro Central de Empresas (Cempre), totalizando em 2016 o total de 1.671.290 empresas de serviços.

Segundo o IBGE, do total de 1.592.173 empresas de serviços que compuseram o cadastro básico de seleção da PAS, 111.038 (6,6%) foram selecionadas, das quais 77.231 (69,6%) são do estrato certo; 5.103 (4,6%) do estrato gerencial; 12.730 (11,5%) do estrato amostrado

A1; 8.570 (7,7%) do estrato amostrado A2; e 7.404 (6,7%) do estrato amostrado A3.

Por se tratar de dados provenientes de amostras, o IBGE disponibiliza o quadro com intervalos de valores de coeficientes de variação das estimativas, conforme segue abaixo:

Faixas de coeficiente de variação

Intervalo de Valores de CV	Indicador	Conceito
Zero	Z	Exata
Zero até 5%	A	Ótima
Mais de 5% a 15%	B	Boa
Mais de 15% a 30%	C	Razoável
Mais de 30% a 50%	D	Pouco Precisa
Mais de 50%	E	Imprecisa

No geral, as estimativas apresentadas neste estudo estão no intervalo de valores de coeficiente de variação de zero até 5%. Os dados de 2014 e 2015 foram revisados e as estimativas de 2017 e 2018 são da Consultoria Econômica da Fenavist. Nessas estimativas os cálculos tiveram como base o número de trabalhadores no setor e valores de remuneração.

Ressalta-se ainda que as estimativas do faturamento vieram da UF de atuação das empresas.

Verificadas as ressalvas presentes neste capítulo, espera-se que o leitor possa usufruir deste estudo, considerando as delimitações aqui apresentadas.

sindesp PA

Entidade **CERTIFICADA**
ISO 9001:2015
disponibilizando aos associados:

Certificado NBR ISO 9001
BRTÜV

- ✓ Acompanhamento de publicações no Diário Oficial da União;
- ✓ Assessoria Jurídica, produção de informes e pareceres;
- ✓ Certidão de regularidade;
- ✓ Comissão de Autoconstatação;
- ✓ Comissão de Negociação;
- ✓ Convênios através do FENAVIST NEGÓCIOS e parcerias locais;
- ✓ Cursos e Treinamentos gratuitos;
- ✓ Newsletter semanal com matérias pertinentes aos segmentos representados;
- ✓ Salas de Reuniões e Auditório com capacidade para 58 lugares;
- ✓ Serviços e produtos padronizados com melhoria constante para melhor atender o associado;
- ✓ Tabelas de encargos e salários por categoria.

2. CONTEXTO ATUAL

2.1 ANÁLISE DO MERCADO

Olhando sob o aspecto do valor da segurança, os EUA, a nação mais rica do mundo, têm um orçamento para a segurança de 18,79% do PIB, segundo o "Board Portal w.added security", motivado pela importância da segurança em relação aos demais elementos orçamentários. De acordo com o pensamento americano, gasta-se muito, mas é compensador. Portanto, o ensinamento é que a segurança não deve ter preço, mas valor.

O maior tomador de serviços, em nossos país, continua sendo a Administração Pública. A contratação permanece concentrada no preço, o que leva o segmento para um futuro incerto. O mercado privado já adotou esse mesmo procedimento, e o setor bancário está criando empresas próprias para atender a sua demanda.

O custo da segurança após a promulgação da Lei nº 12.740/12 estabeleceu que a profissão do vigilante deve receber auxílio de periculosidade; essa lei impactou diretamente nos custos da atividade, em parte pelo choque dos seus valores e pela redução da atividade econômica, constatando que nos últimos três anos a atividade encolheu fisicamente 13,04%.

Novamente se mostra que o valor da segurança ainda é atrelado a seu preço e não a sua necessidade, e por isso muitos correm para o seguro e se distanciam da segurança patrimonial.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a tecnologia que se mostra a cada instante mais presente na atividade, entretanto, por mais intensa que seja, ainda necessita da presença ostensiva e respostas em prazos cada vez mais rápidos. O maior dos problemas é que o nosso produto de venda é único, apenas vigilância, e ainda dependemos da aprovação do Estatuto da Segurança Privada para que se regulamentem as novas tecnologias e estas possam ser absorvidas pelas empresas do segmento, restando a expectativa da nova Lei sobre a Vigilância, que abrangerá novos nichos de mercado.

A Administração continua a representar um grande peso na contratação dos serviços e está criando mecanismos para a sua redução, é o caso da edição da IN 5, que sugere a substituição do vigilante por recepcionista. E quando essa hipótese não prospera, entra em cena a conta vinculada e/ou o pagamento perante o fato gerador.

Com a contratação baseada apenas no menor preço, os valores ofertados por meio do dispositivo "pregão eletrônico", alguns se escondem atrás das telas e, ao fazerem seus lances sem o dimensionamento das consequências, proporcionam verdadeiras ilusões financeiras.

A indisponibilidade dos recursos trabalhistas, que são as antecipações do passivo proporcionadas pelas retenções, pulveriza o capital de giro, além das retenções tributárias sobre a fatura que podem atingir até 45% do seu valor, e as empresas, ao entrarem no processo, sem a devida análise e com seu faturamento se concentrando em contratos públicos, terão o fluxo de caixa negativo.

Os repasses ao contrato continuam sendo o grande problema, no mercado privado, pela falta de reconhecimento do bom trabalho e do preço; no mercado público, pela complexidade que a lei impôs, além da falta de prazos para o reconhecimento dos repasses que estão se estendendo por quase doze meses. A defasagem cria perdas de qualidade financeira e situações não previstas nos contratos.

2.2 CUIDADOS

No mercado público, com a mudança da ideologia política, dificilmente haverá cotejamento de preços referenciais, voltando à velha prática de estabelecer preços para a contratação pela coleta de preços ofertados.

O abandono da prática do preço referencial tem dois pesos em sua análise: adotando a coleta de propostas e estabelecendo a média de preços, o que não é a forma ideal, pois muitas das propostas podem trazer preços insuficientes para o processo do pregão, que hoje é operado por quase todos os tomadores de serviços, deixando pouquíssimo espaço para reduções.

O Projeto de Lei 1292/95, que trata das licitações, em seu artigo 173, propôs a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas que produz a coleta de dados de todas as contratações nacionais, de serviços ou de obras e produtos, tendo como consequência os históricos das contratações efetuadas. Como o modelo atual prega apenas o preço como elemento da sua análise, e os preços cadastrados nesse portal formarão os valores para o limite de contratação, acreditamos que esse mercado fique somente em mãos de empresas optantes pelo simples, ou, então, quando houver contratos de grande volume, não existirá preço atrativo.

A redução do volume de empresas na atividade deve ser avaliada, pois a facilidade de criar empresa com bandeira em cores alaranjadas é promissora, portanto a sugestão é o aumento na fiscalização por parte da sociedade para evitar que esse modelo de constituição de empresas continue a existir, assim como o das empresas clandestinas que habitam o universo da vigilância e segurança, um risco para os trabalhadores e para quem contrata.

2.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL E PERSPECTIVAS

Hoje retirando o FGTS, que não é tributo e sim direito trabalhista, os encargos tributários custam 51,57% para cada real pago ao empregado. São:

- Um percentual de 29,60% que compete à empresa recolher sobre a remuneração, dos quais 23% de Previdência, 5,8% a "Terceiros" e 0,80% de Contribuição Social sobre os depósitos do FGTS, Lei Complementar nº 110/2001;
- O percentual de 25,21% se refere aos direitos trabalhistas que absorvem os custos tributários, cobrados mensalmente (13º salário, férias, adicional, faltas e aviso prévio trabalhado) e sobre esses os custos tributários de 29,60%, gerando 7,46%, cujo montante já atinge 37,06%.

As empresas recolhem sobre o valor da fatura 8,65% de tributos, assim sobre os 37,06% haverá o acréscimo desses tributos, passando a 40,57%. O empregado ainda colabora com mais 11%, o que totaliza os 51,57% de tributos sobre cada real pago.

As perspectivas da mudança previdenciária poderão trazer novo alento aos empresários. Atrelada, estará a reforma tributária, que irá retirar um peso soberbo hoje sobre a remuneração, com consequente alívio financeiro no preço final dos serviços. Com a reforma tributária, é certo que a economia começa a dar os passos para o crescimento, cujo resultado é a volta da contratação dos serviços.

Fenavist Negócios

Venha fazer parte desse grande projeto

#juntossomosmaisfortes

Saiba mais

www.fenavist.org.br/negocios
negocios@fenavist.org.br
61 3327-5440

instagram.com/fenavistnegocios
facebook.com/fenavistnegocios

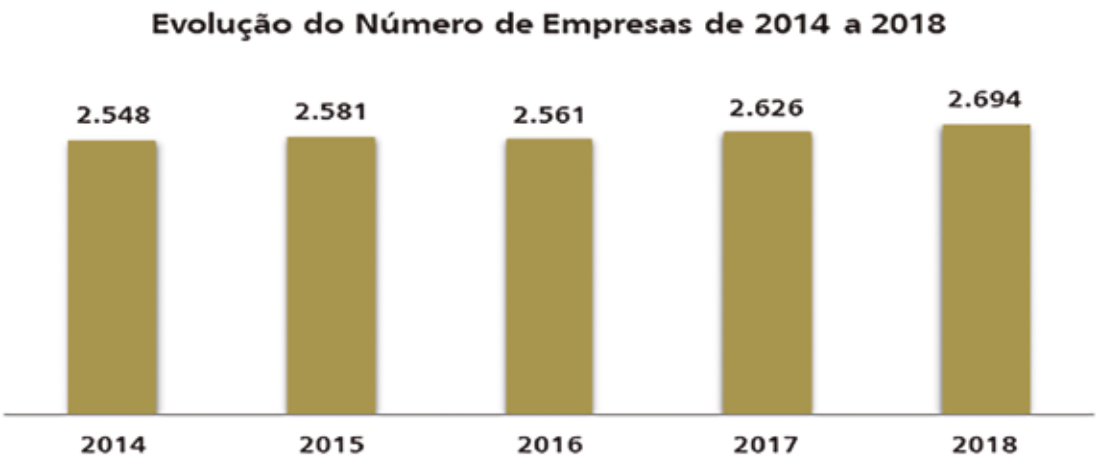
3. NÚMEROS DO SETOR

3.1 NÚMERO DE EMPRESAS

As empresas que exercem a atividade de vigilância estão presentes em todas as unidades federativas do País enquanto, na atividade de transporte de valores, as empresas concentram-se em algumas capitais e, nos demais estados, constam apenas suas filiais.

Evolução das Empresas

Ao comparar o crescimento do número de empresas no setor de segurança privada em 2018 com o do ano anterior, nota-se uma expansão de cerca de 2,6% no número de empresas. Já, na comparação com o período de 2014 a 2018, nota-se uma expansão no número de empresas ainda maior, cerca de 5,7%.



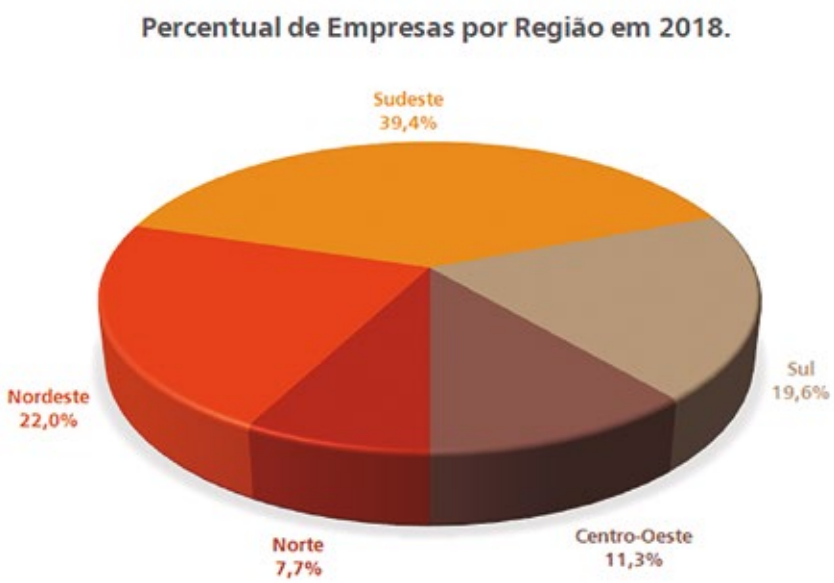
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Empresas por Região

Por ser a região onde se encontra a maior parte da população do País, o Sudeste concentra o maior número de empresas não só na atividade de vigilância, mas também na atividade de transporte de valores e cursos de formação. Apenas nessa região, e nessas atividades, encontram-se cerca de 39,4% do total de empresas.

Região	Número de Empresas	Percentual de Empresas
Norte	208	7,7%
Nordeste	593	22,0%
Sudeste	1.062	39,4%
Sul	527	19,6%
Centro-Oeste	304	11,3%
Total	**2.694**	**100,0%**

Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Empresas por Estado

Com o número de 594 empresas de segurança privada, o estado de São Paulo representa 22,0% do total de empresas do País. Na outra ponta, o estado de Roraima possui apenas 6 empresas, ou seja, 0,2% do total.

Estado	Número de Empresas	Percentual de Empresas
Acre	13	0,5%
Alagoas	25	0,9%
Amapá	19	0,7%
Amazonas	38	1,4%
Bahia	180	6,7%
Ceará	84	3,1%
Distrito Federal	76	2,8%
Espírito Santo	49	1,8%
Goiás	119	4,4%
Maranhão	66	2,4%
Mato Grosso	61	2,3%
Mato Grosso do Sul	48	1,8%
Minas Gerais	183	6,8%
Pará	83	3,1%
Paraíba	49	1,8%
Paraná	206	7,6%
Pernambuco	87	3,2%
Piauí	33	1,2%
Rio de Janeiro	236	8,8%
Rio Grande do Norte	42	1,6%
Rio Grande do Sul	176	6,5%
Rondônia	25	0,9%
Roraima	6	0,2%
Santa Catarina	145	5,4%
São Paulo	594	22,0%
Sergipe	27	1,0%
Tocantins	24	0,9%
Total	**2.694**	**100,0%**

Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Empresas pelo Tipo

Por causa da legislação específica, empresas de curso de formação de vigilantes não podem exercer as atividades de escolta armada, transporte de valores e demais. Dito isso, o total de empresas na tabela abaixo não contempla empresas que são curso de formação.

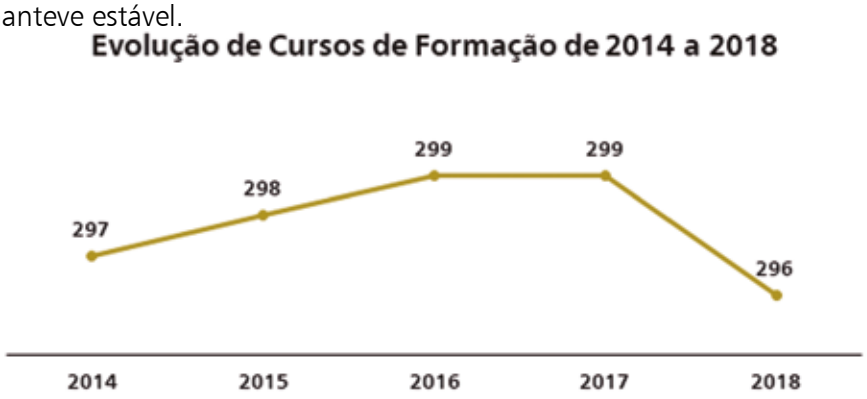
Em 2018, cerca de 47,6% do total de empresas autorizadas pela Polícia Federal exerciam, exclusivamente, a atividade de vigilância patrimonial. Destacam-se ainda as empresas que estão autorizadas a exercer em conjunto as atividades a seguir: vigilância, escolta armada, segurança pessoal e transporte de valores, percentual de 7,0%.

Tipo de Autorização	Total	
Vigilância Patrimonial	1.141	47,6%
Vigilância Patrimonial/Escolta Armada/Segurança Pessoal	437	18,2%
Vigilância Patrimonial/Escolta Armada	237	9,9%
Vigilância Patrimonial/Segurança Pessoal	220	9,2%
Vigilância Patrimonial/Escolta Armada/Segurança Pessoal/Transporte de Valores	167	7,0%
Vigilância Patrimonial/Transporte de Valores	148	6,2%
Vigilância Patrimonial/Escolta Armada/Transporte de Valores	25	1,0%
Vigilância Patrimonial/Segurança Pessoal/Transporte de Valores	18	0,8%
Escolta Armada/Transporte de Valores	4	0,2%
Escolta Armada/Segurança Pessoal/Transporte de Valores	1	0,0%
Total	**2.398**	**100,0%**

Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/ CGCSP. Obs.: Não inclui Cursos de Formação.
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Empresas de Curso de Formação

As empresas de curso de formação são responsáveis pela formação de vigilantes e também pela sua qualificação. Em 2018, havia 296 empresas em atuação nessa área. Em comparação com o ano de 2017, percebe-se que a variação no número de empresas foi negativa em 1,0%. No período de 2014 a 2018, nota-se que o número de cursos de formação praticamente se manteve estável.



Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

3.2 NÚMERO DE TRABALHADORES

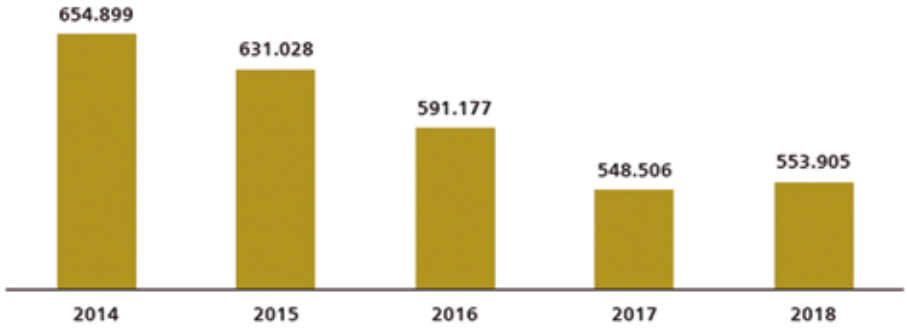
Assim como nas demais atividades de prestação de serviços, o número de trabalhadores é um forte indicador do modo como a atividade está naquele momento, ou seja, se há diminuição no número de trabalhadores em atividade, isso significa que o setor também passa por dificuldades.

Evolução dos Trabalhadores

No período de 2014 a 2018 houve uma diminuição do número de trabalhadores de cerca de 91,7 mil ou 15,4%. Aqui vale o destaque de que a economia entrou em recessão econômica em 2015 e saiu apenas em 2018, ou seja, três anos de recessão que afetaram diretamente o setor de segurança privada.

Sendo assim, considerando a leve recuperação da economia em 2018, o setor fechou o ano com cerca de 553,9 mil trabalhadores. Comparando-se com o ano de 2017, houve um pequeno crescimento de 0,98% no número de trabalhadores.

Evolução do Número de Trabalhadores de 2014 a 2018.



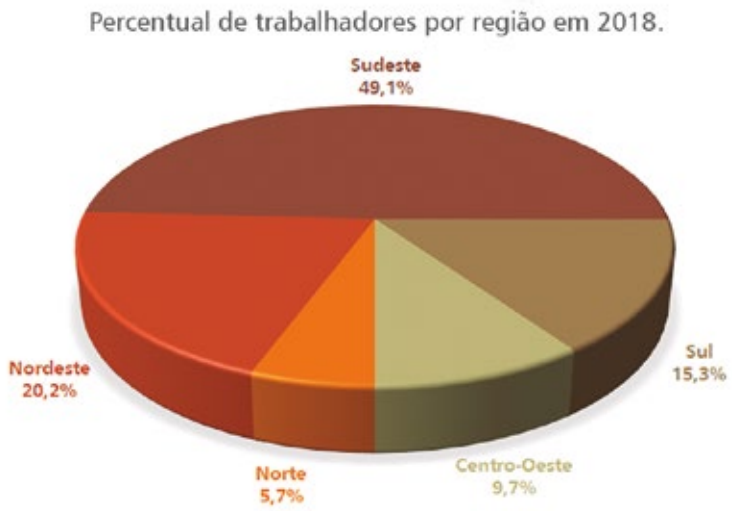
Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Trabalhadores por Região

Com mais de 84,5 mil trabalhadores, a região Sul representa aproximadamente 15,3% do total de trabalhadores da segurança privada. As regiões Nordeste e Sudeste, juntas, representam cerca de 69,3% do total de trabalhadores.

Região	Número de Trabalhadores	Percentual de Trabalhadores
Norte	31.409	5,7%
Nordeste	111.893	20,2%
Sudeste	272.224	49,1%
Sul	84.538	15,3%
Centro-Oeste	53.841	9,7%
Total	**553.905**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Trabalhadores por Estado

Igualmente ao número de empresas, São Paulo é o estado com o maior número de trabalhadores do País, 173.178 mil ou 31,3% do total. Em contraposição, o estado de Roraima conta com 406 trabalhadores ou 0,1% do total.

Estado	Número de Trabalhadores	Percentual de Trabalhadores
Acre	1.511	0,3%
Alagoas	4.053	0,7%
Amapá	1.890	0,3%
Amazonas	8.717	1,6%
Bahia	32.613	5,9%
Ceará	18.519	3,3%
Distrito Federal	24.881	4,5%
Espírito Santo	10.650	1,9%
Goiás	16.040	2,9%
Maranhão	11.446	2,1%
Mato Grosso	7.837	1,4%
Mato Grosso do Sul	5.083	0,9%
Minas Gerais	35.971	6,5%
Pará	12.050	2,2%
Paraíba	7.340	1,3%
Paraná	26.855	4,8%
Pernambuco	21.866	3,9%
Piauí	4.655	0,8%
Rio de Janeiro	52.425	9,5%
Rio Grande do Norte	6.211	1,1%
Rio Grande do Sul	34.365	6,2%
Rondônia	4.879	0,9%
Roraima	406	0,1%
Santa Catarina	23.318	4,2%
São Paulo	173.178	31,3%
Sergipe	5.190	0,9%
Tocantins	1.956	0,4%
Total	553.905	100,0%

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Vigilantes por Região

O vigilante é a principal mão de obra utilizada nas empresas de segurança privada e, com aproximadamente 476 mil profissionais em todo o país, representa cerca de 85,9% do total de trabalhadores em 2018. Na região Centro-Oeste, encontram-se 10,1% do total de vigilantes no setor.

Região	Número de Vigilantes	Percentual de Vigilantes
Norte	28.090	5,9%
Nordeste	97.770	20,5%
Sudeste	232.405	48,8%
Sul	69.681	14,6%
Centro-Oeste	48.011	10,1%
Total	**475.957**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Vigilantes por Estado

Com mais de 45 mil vigilantes empregados em 2018, o estado do Rio de Janeiro representa 9,5% do total desses profissionais no País. Ainda na região Sudeste, com aproximadamente 31 mil vigilantes, o estado de Minas Gerais representa 6,5% do total.

Estado	Número de Vigilantes	Percentual de Vigilantes
Acre	1.270	0,3%
Alagoas	3.214	0,7%
Amapá	1.823	0,4%
Amazonas	7.704	1,6%
Bahia	28.352	6,0%
Ceará	16.392	3,4%
Distrito Federal	22.086	4,6%
Espírito Santo	9.587	2,0%
Goiás	14.413	3,0%
Maranhão	9.877	2,1%
Mato Grosso	7.008	1,5%
Mato Grosso do Sul	4.503	0,9%
Minas Gerais	30.863	6,5%
Pará	10.631	2,2%
Paraíba	6.258	1,3%
Paraná	23.380	4,9%
Pernambuco	19.370	4,1%
Piauí	4.038	0,8%
Rio de Janeiro	45.184	9,5%
Rio Grande do Norte	5.551	1,2%
Rio Grande do Sul	26.028	5,5%
Rondônia	4.485	0,9%
Roraima	346	0,1%
Santa Catarina	20.274	4,3%
São Paulo	146.771	30,8%
Sergipe	4.718	1,0%
Tocantins	1.829	0,4%
Total	**475.957**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

3.3 FATURAMENTO

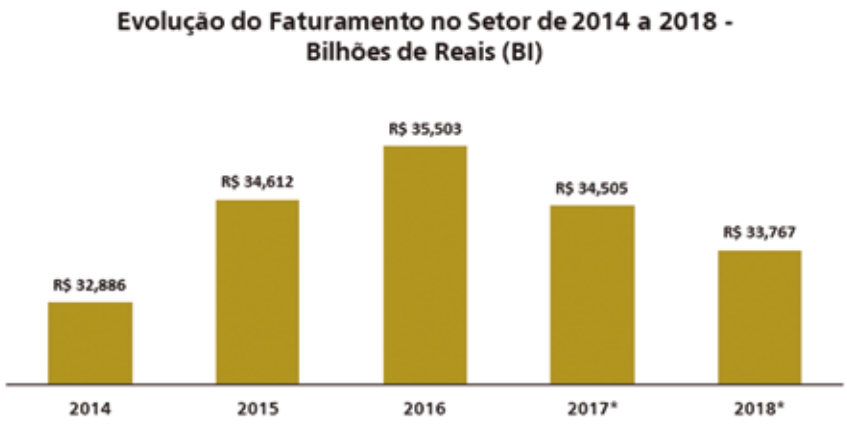
Para a análise do faturamento no setor de segurança privada é necessário considerar dois fatores que concorrem para sua concepção: o primeiro, o crescimento e/ou a redução física de trabalhadores; e o segundo, os reajustes salariais, os quais são absorvidos pelos contratos.

Infelizmente a retração econômica do País reflete diretamente nos valores de faturamento e, como estamos em movimento de queda na contratação, por redução dos custos em todos os setores da economia, a nossa atividade também absorveu todos os reflexos negativos da economia.

Evolução do Faturamento

Entre 2014 e 2018, o setor de segurança privada foi duramente atingido com uma redução de 91,7 mil postos de trabalho, o que afetou diretamente o volume de faturamento das empresas. Outro aspecto que deve ser considerado é que houve em 2018 uma redução acentuada nos custos da remuneração, em especial nos postos de serviços na escala 12 por 36, tendo como consequência a queda também no faturamento.

Desse modo, se comparado com o ano anterior, estima-se uma retração no faturamento de 2,1% em 2018.



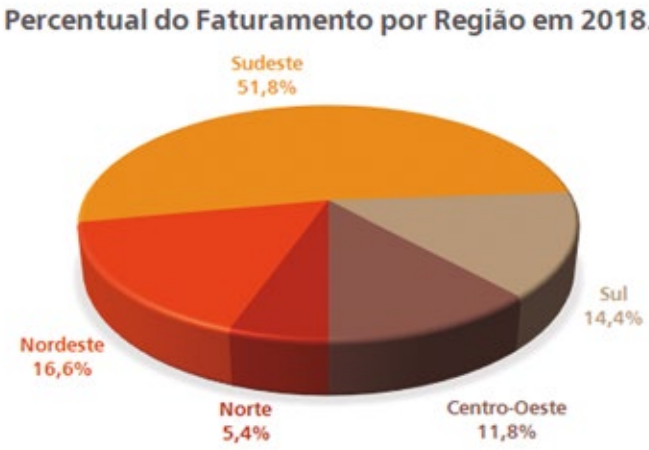
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). * Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Faturamento por Região

A maior fatia do mercado é concentrada no Sudeste, cuja participação é de 17,494 bilhões de reais ou 51,8% do total do faturamento. Em seguida vem a região Nordeste, com faturamento de 5,612 bilhões de reais ou 16,6% do total no ano de 2018.

Região	Faturamento	Percentual de Faturamento
Norte	R$ 1.830.791.194	5,4%
Nordeste	R$ 5.612.334.236	16,6%
Sudeste	R$ 17.494.411.401	51,8%
Sul	R$ 4.848.471.146	14,4%
Centro-Oeste	R$ 3.980.980.124	11,8%
Brasil	**R$ 33.766.988.102**	**100,0%**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Obs.: Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Obs.: Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Faturamento por Estado

Como comentado anteriormente, o Sudeste é a região com o maior faturamento no País, isso é consequência do alto faturamento, principalmente, no estado de São Paulo. Com faturamento de cerca de 11,366 bilhões de reais ou 33,7% do total em 2018, São Paulo é o estado com o maior faturamento no setor de segurança privada.

Estado	Faturamento	Percentual de Faturamento
Acre	R$ 141.305.946	0,4%
Alagoas	R$ 166.574.652	0,5%
Amapá	R$ 124.280.400	0,4%
Amazonas	R$ 449.240.700	1,3%
Bahia	R$ 1.695.528.781	5,0%
Ceará	R$ 1.136.867.903	3,4%
Distrito Federal	R$ 2.451.687.032	7,3%
Espírito Santo	R$ 661.167.264	2,0%
Goiás	R$ 821.762.226	2,4%
Maranhão	R$ 493.085.792	1,5%
Mato Grosso	R$ 394.828.468	1,2%
Mato Grosso do Sul	R$ 312.702.399	0,9%
Minas Gerais	R$ 2.315.410.746	6,9%
Pará	R$ 720.221.802	2,1%
Paraíba	R$ 306.406.016	0,9%
Paraná	R$ 1.670.004.716	4,9%
Pernambuco	R$ 943.751.693	2,8%
Piauí	R$ 285.224.870	0,8%
Rio de Janeiro	R$ 3.152.225.646	9,3%
Rio Grande do Norte	R$ 342.365.926	1,0%
Rio Grande do Sul	R$ 1.809.273.482	5,4%
Rondônia	R$ 261.772.668	0,8%
Roraima	R$ 18.254.000	0,1%
Santa Catarina	R$ 1.369.192.948	4,1%
São Paulo	R$ 11.365.607.746	33,7%
Sergipe	R$ 242.528.601	0,7%
Tocantins	R$ 115.715.678	0,3%
Total	**R$ 33.766.988.102**	**100,0%**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Obs.: Estimativa da Consultoria Econômica Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

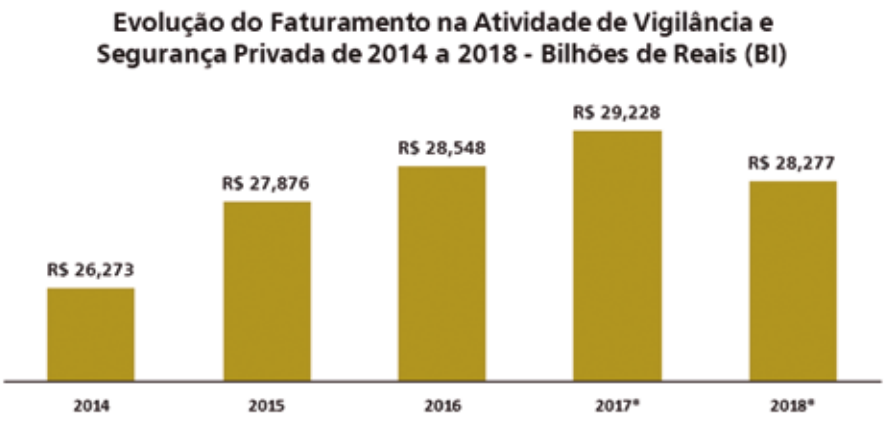
Faturamento na Atividade de Vigilância e Segurança Privada

O faturamento aumentou no período de 2014 a 2018 cerca de 7,6% em face dos reajustes salariais que, por força contratual, produzem efeitos financeiros no contrato.

Porém, quando comparado o faturamento em 2018 com o estimado em 2017, houve uma redução de 3,3%. Assim, estima-se que o faturamento da atividade de vigilância e segurança privada, em 2018, foi de 28,277 bilhões de reais.

Ano	2014	2015	2016	2017*	2018*
Faturamento	R$ 26,273	R$ 27,876	R$ 28,548	R$ 29,228	R$ 28,277

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). * Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). * Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

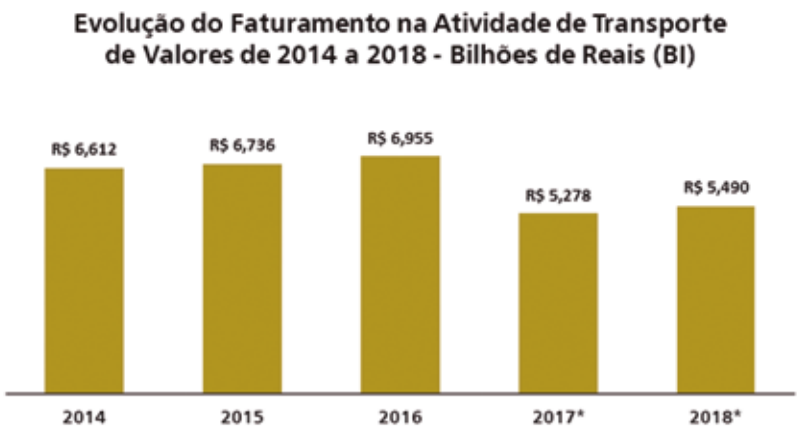
Faturamento na Atividade de Transporte de Valores

O faturamento na atividade de transporte de valores em 2018 foi estimado em 5,490 bilhões de reais e, em relação a 2017, um crescimento de 4,0%.

Esse aumento, basicamente, se deveu aos reajustes nos preços dos contratos de prestação de serviço. Em contraposição, houve queda no faturamento no período de 2014 a 2018 que representou 17,0%, contra uma inflação medida pelo INPC no mesmo período de 28,6%.

Ano	2014	2015	2016	2017*	2018*
Faturamento	R$ 6,612	R$ 6,736	R$ 6,955	R$ 5,278	R$ 5,490

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). * Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). * Estimativa da Consultoria Econômica
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Perfil Contábil das Empresas

A massa salarial é representada pela folha de pagamento completa, ou seja, todos os desembolsos, inclusive verbas rescisórias, 13º salário e férias. O custo da mão de obra tem crescimento pelo fato de a variação salarial ser cada vez mais representativa nos custos de todas as atividades em geral. Isso não poderia ser diferente nas atividades de vigilância e transporte de valores, visualizadas entre 2014 e 2018, representando um crescimento de 2,61% no faturamento.

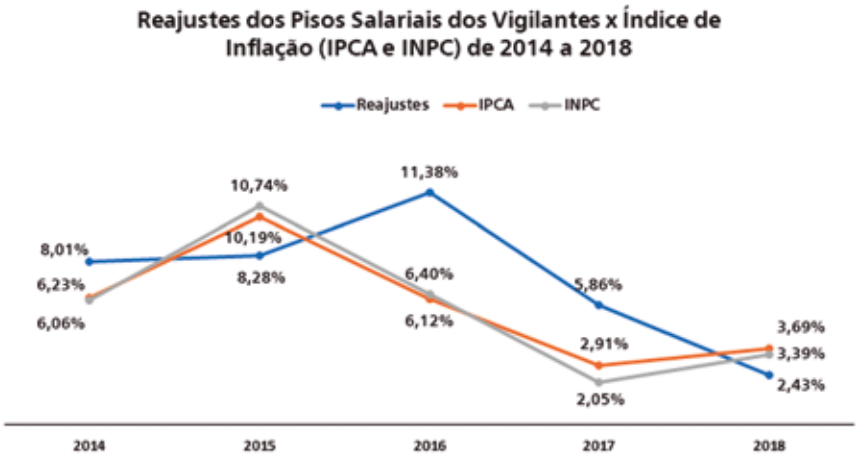
Os reflexos não se repetem para os recolhimentos decorrentes da mão de obra, pois esta absorve nos estudos da fonte também o pró-labore. Porém o recolhimento para a previdência e para o "Sistema S" é inteiramente proporcional, e a variação monetária do período decresceu 0,84% ao longo do tempo. Como se pode observar, o custo do "Sistema S" no preço final dos serviços é acima de 1,0%, já que a representatividade é decorrente da importância da mão de obra sobre o preço final dos serviços.

Ano	2014	2015	2016	2017*	2018*
Faturamento	**R$ 32.885.547.000**	**R$ 34.611.755.000**	**R$ 35.513.043.000**	**R$ 34.505.141.000**	**R$ 36.019.752.635**
Outras Receitas	R$ 409.482.000	R$ 634.156.000	R$ 651.141.000	R$ 517.895.330	R$ 563.684.968
Tributos sobre a fatura	R$ 2.703.544.000	R$ 2.807.186.000	R$ 2.897.915.000	R$ 2.800.690.278	R$ 2.916.824.661
% sobre faturamento	8,22%	8,11%	8,16%	8,12%	8,10%
Outros custos dos serviços	R$ 1.006.213.000	R$ 936.118.000	R$ 1.294.443.000	R$ 1.082.837.864	R$ 1.133.284.173
% sobre faturamento	3,06%	2,70%	3,64%	3,14%	3,15%
Massa salarial desembolsada	R$ 15.005.101.000	R$ 15.562.966.000	R$ 16.392.024.000	R$ 15.292.524.675	R$ 16.888.465.725
% sobre faturamento	45,63%	44,96%	46,16%	44,32%	46,89%
Recolhimentos para o FGTS	R$ 1.213.557.000	R$ 1.302.263.000	R$ 1.365.070.000	R$ 1.261.932.969	R$ 1.398.421.699
% sobre faturamento	3,69%	3,76%	3,84%	3,66%	3,88%
Recolhimentos para a Previdência	R$ 3.736.888.000	R$ 3.880.467.000	R$ 3.936.434.000	R$ 3.748.617.575	R$ 4.128.613.536
% sobre faturamento	11,36%	11,21%	11,08%	10,86%	11,46%
Recolhimentos para o Sistema "S"	R$ 375.127.525	R$ 389.074.150	R$ 409.800.600	R$ 382.313.117	R$ 422.211.643
% sobre faturamento	1,14%	1,12%	1,15%	1,11%	1,17%
Indenizações trabalhistas	R$ 589.941.000	R$ 640.600.000	R$ 663.209.000	R$ 674.960.943	R$ 758.386.647
% sobre faturamento	1,79%	1,85%	1,87%	1,96%	2,11%
Outros encargos sociais	**R$ 2.032.079.500**	**R$ 2.335.853.850**	**R$ 2.532.218.375**	**R$ 2.268.577.531**	**R$ 2.647.950.859**
% sobre faturamento	6,18%	6,75%	7,13%	6,57%	7,35%
Despesas operacionais	**R$ 4.544.662.000**	**R$ 5.159.918.000**	**R$ 5.120.579.000**	**R$ 5.126.500.652**	**R$ 5.227.348.413**
% sobre faturamento	13,82%	14,91%	14,42%	14,86%	14,51%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). * Estimativa da Consultoria Econômica.
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Reajustes dos Pisos Salariais no Brasil

O reajuste salarial é uma questão fundamental discutida todo ano entre trabalhadores e empregadores. Em 2018, a média do reajuste salarial do vigilante foi 2,43%, considerando que, no mesmo ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para negociação de reajustes salariais, foi de 3,39%, houve, portanto, uma diferença abaixo da inflação de 0,96%. Porém, quando do acumulado de 2014 a 2018, essa diferença é de 7,32%. Ou seja, nos últimos 5 anos os empresários propiciaram um ganho real no salário do vigilante de 7,32% acima da inflação do mesmo período.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

3.4 COMPRA DE ARMAS LETAIS

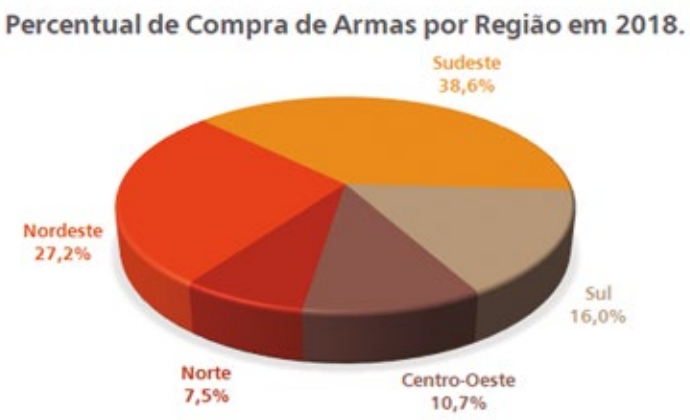
As empresas de Segurança Privada de todo o País adquiriram pouco mais de 12,4 mil novas armas de fogo. Desse total de armas, 7,6% foram adquiridas por empresas de curso de formação de vigilantes.

Armas por Região

A região Sudeste desponta como a que mais adquiriu armas, cerca de 38,6% do total de armas compradas.

Região	Número de Armas	Percentual de Armas
Norte	934	7,5%
Nordeste	3.389	27,2%
Sudeste	4.800	38,6%
Sul	1.989	16,0%
Centro-Oeste	1.333	10,7%
Total	**12.445**	**100,0%**

Fonte: Diário Oficial da União (DOU)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Diário Oficial da União (DOU)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

3.5 COMPRA DE MUNIÇÕES

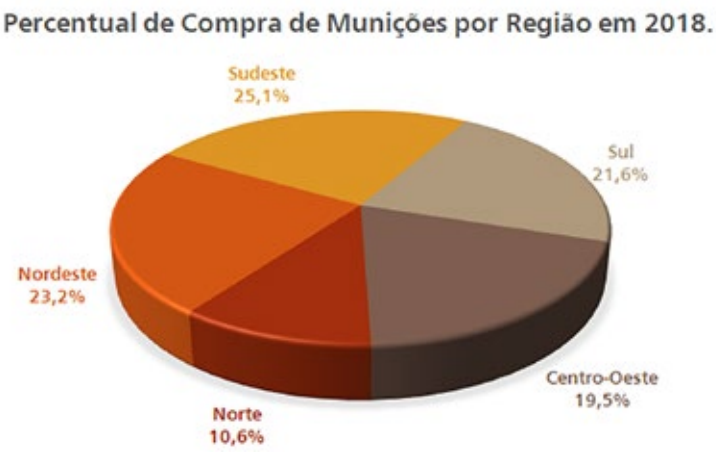
No ano de 2018, o setor de segurança privada comprou mais de 11,5 milhões de munições. Apesar dessa quantidade elevada, ressalta-se que, desse total, 86,9% das munições foram adquiridas por empresas de curso de formação de vigilantes. As empresas de vigilância e de transporte de valores representaram, respectivamente, 11,0% e 2,4%.

Munições por Região

Igualmente à compra de armas, a região Sudeste consta como a que mais adquiriu munições, 25,1% do total.

Região	Número de Munições	Percentual de Munições
Norte	1.229.577	10,6%
Nordeste	2.674.865	23,2%
Sudeste	2.897.964	25,1%
Sul	2.491.655	21,6%
Centro-Oeste	2.251.969	19,5%
Total	**11.546.030**	**100,0%**

Fonte: Diário Oficial da União (DOU)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



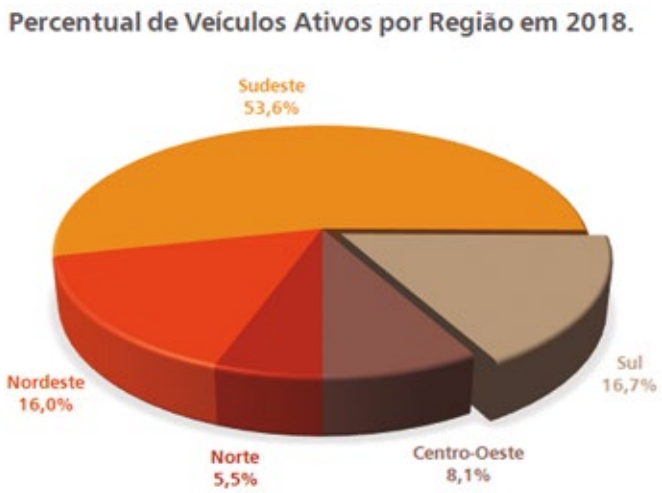
Fonte: Diário Oficial da União (DOU)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

3.6 VEÍCULOS ATIVOS NA SEGURANÇA PRIVADA

A região Sul concentrou em 2018, aproximadamente, 16,7% de um total de quase 15,3 mil veículos de segurança privada. Cerca de 15,4 % dos carros-fortes também estão concentrados nessa região.

Região	Veículos Leves de Transporte de Valores	Veículos Carros-Fortes	Veículos de Escolta	Outros	Total	%
Norte	57	376	160	253	846	5,5%
Nordeste	119	1.116	387	830	2.452	16,0%
Sudeste	438	2.130	2.192	3.443	8.203	53,6%
Sul	137	727	633	1.062	2.559	16,7%
Centro-Oeste	75	377	248	537	1.237	8,1%
Brasil	**826**	**4.726**	**3.620**	**6.125**	**15.297**	**100%**

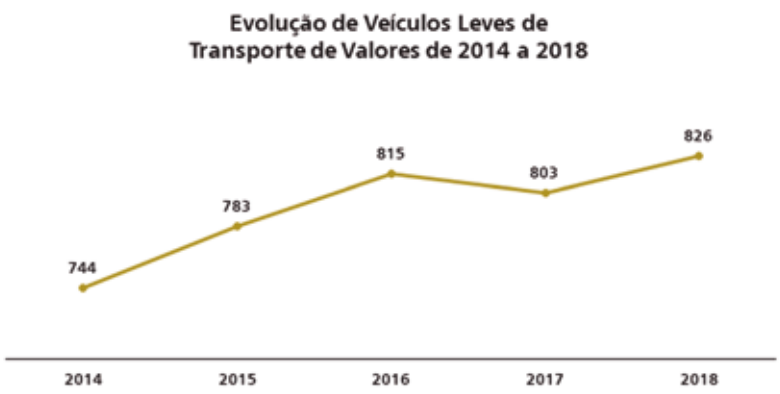
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



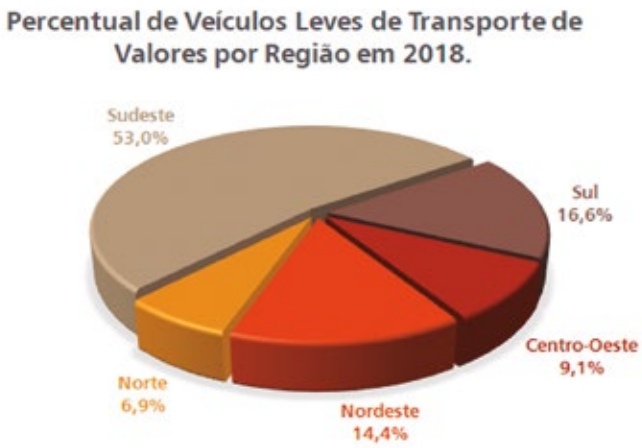
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Veículos Leves de Transporte de Valores

No ano de 2018, havia 826 veículos leves de transporte de valores ativos. No período de 2014 a 2018, o crescimento desses veículos na segurança privada foi de 11,0%. A região Sudeste representa 53,0% do total de veículos.



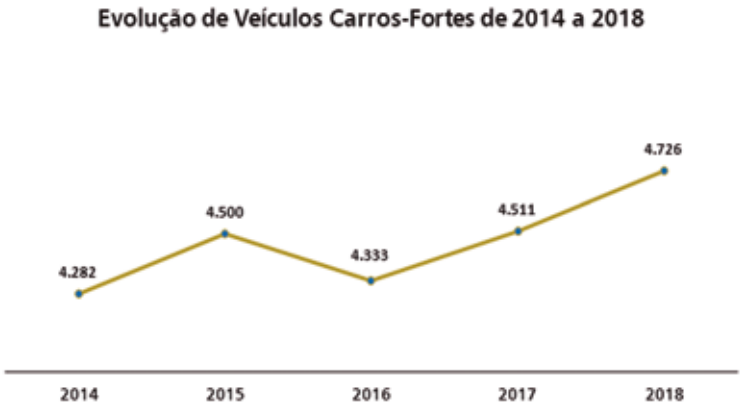
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



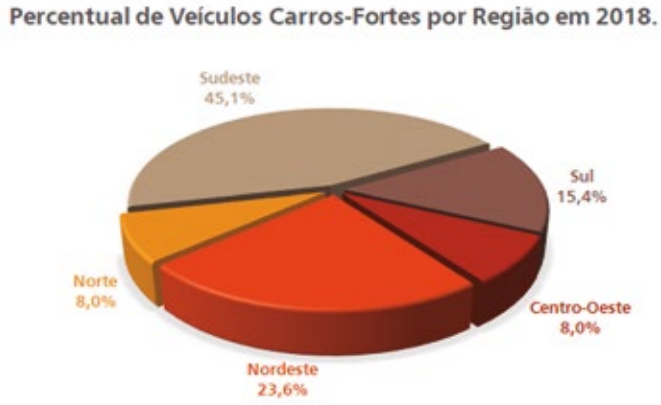
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Veículos Carros-Fortes

O aumento do número de carros-fortes no setor segue a mesma tendência de crescimento de veículos leves de transporte de 2018. No total, havia 4.726 veículos carros-fortes ativos. No período de 2014 a 2018, o crescimento desses veículos na segurança privada foi de 10,4%. A região Nordeste representa 23,6% do total de veículos.



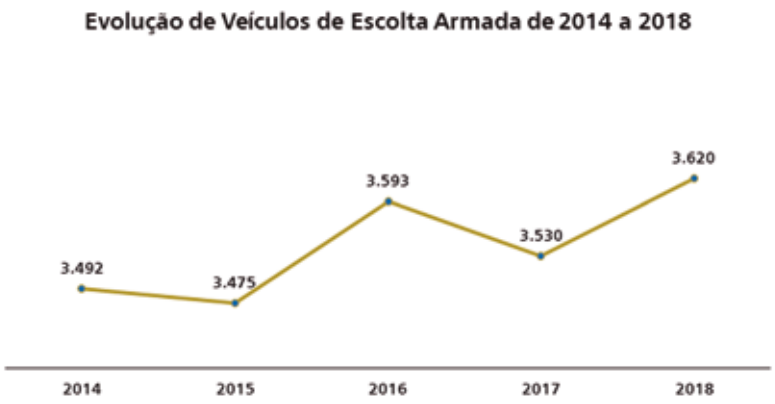
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



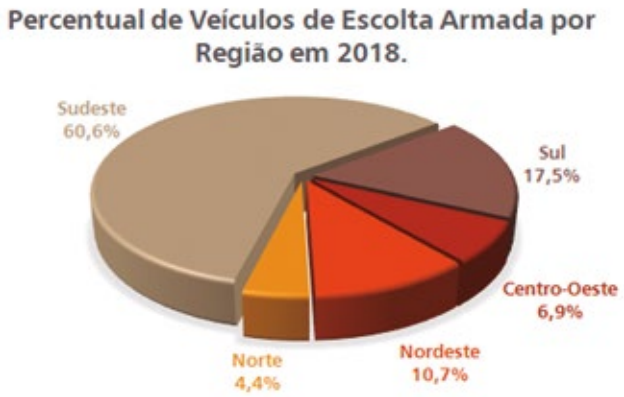
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Veículos Escolta Armada

Se comparado com o ano anterior, houve crescimento de 2,5% no número de veículos de escolta armada em 2018. São 3.620 veículos ativos, considerando que no período de 2014 a 2018 o crescimento desses veículos na segurança privada foi de 3,7%. A região Sul concentra 17,5% do total de veículos.



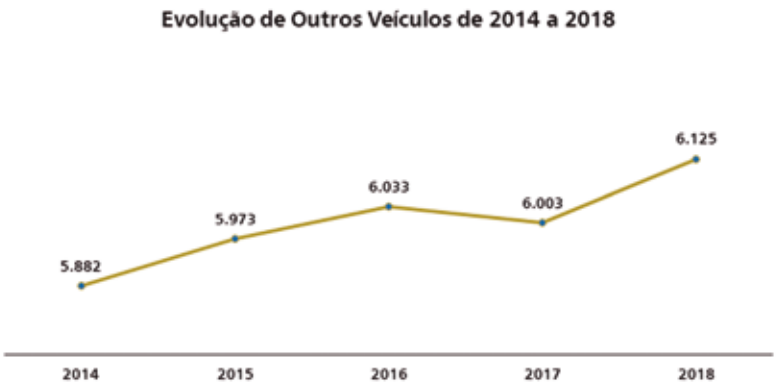
Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Outros Veículos

São utilitários, ônibus, motos etc., utilizados pelas empresas de segurança privada. No ano de 2018, havia 6.125 veículos ativos. No período de 2014 a 2018, o crescimento desses veículos na segurança privada ficou em 4,1%. A região Centro-Oeste representa 8,8% do total de veículos.



Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF)/DAPEX/CGCSP
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

4 FLUXO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS

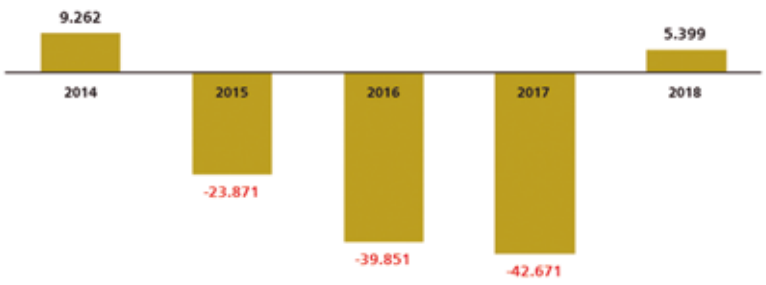
A segurança privada é uma atividade em que o crescimento do número de trabalhadores está diretamente ligado ao do faturamento. Assim, observar o fluxo de admissões e desligamentos é uma forma de verificar se o setor teve crescimento ou não.

4.1 EVOLUÇÃO DO SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS

Após três anos de forte desemprego no setor de segurança privada, o ano de 2018 fechou com cerca de 5,4 mil novos postos de trabalho.

Entretanto, ao observar o período de 2014 a 2018, houve aproximadamente 106,4 mil desempregados (período de 2015 a 2017) e cerca de 14,7 mil empregados (anos de 2014 e 2018). Assim, mesmo com o saldo positivo de 2014 e 2018, o setor perdeu cerca de 91,7 mil postos de trabalho nos últimos 5 anos.

Evolução do Saldo entre Admissões e Desligamentos de 2014 a 2018.



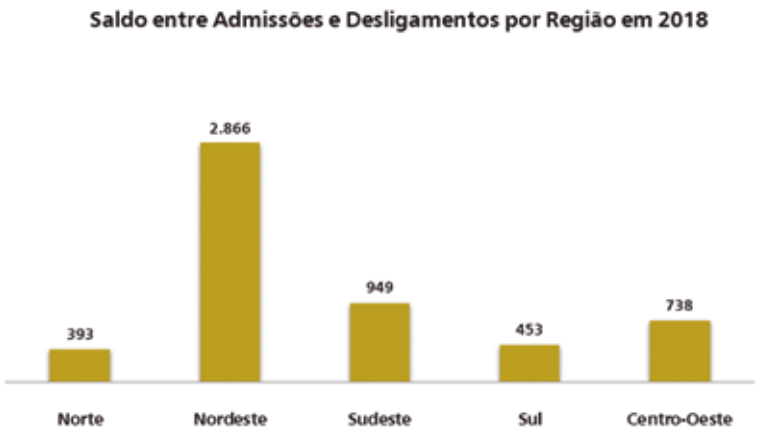
Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

4.2 SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS POR REGIÃO

O saldo de contratações em 2018 mostrou-se positivo em todas regiões do País. O destaque coube à região Nordeste, com 2.866 novos postos de trabalho ou cerca de 53,1% do total de empregos criados.

Região	Atividades de Vigilância e Segurança Privada	Atividades de Transporte de Valores	Total
Norte	540	-147	393
Nordeste	3.048	-182	2.866
Sudeste	-19	968	949
Sul	470	-17	453
Centro-Oeste	1.090	-352	738
Brasil	**5.129**	**270**	**5.399**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Ministério da Economia (ME)/CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

4.3 SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS POR ESTADO

Como dito anteriormente, o saldo de contrações em 2018, apesar de não recuperar a perda de postos de trabalho de anos anteriores, foi positivo. No País, alguns estados se destacaram individualmente, a exemplo da Bahia e de Minas Gerais. Nesses estados, respectivamente, o saldo positivo de contratações foi de 2.442 e 2.139 novos postos de trabalho.

Estado	Atividades de Vigilância e Segurança Privada	Atividades de Transporte de Valores	Total
Acre	-25	-22	-47
Alagoas	-176	30	-146
Amapá	121	36	157
Amazonas	165	-46	119
Bahia	2.522	-80	2.442
Ceará	973	7	980
Distrito Federal	492	-48	444
Espírito Santo	294	-6	288
Goiás	80	-260	-180
Maranhão	-584	-29	-613
Mato Grosso	489	-56	433
Mato Grosso do Sul	29	12	41
Minas Gerais	2.036	103	2.139
Pará	505	-101	404
Paraíba	187	-58	129
Paraná	270	-98	172
Pernambuco	542	-223	319
Piauí	-112	97	-15
Rio de Janeiro	-886	155	-731
Rio Grande do Norte	-127	3	-124
Rio Grande do Sul	134	44	178
Rondônia	-70	-57	-127
Roraima	39	0	39
Santa Catarina	66	37	103
São Paulo	-1.463	716	-747
Sergipe	-177	71	-106
Tocantins	-195	43	-152
Total	**5.129**	**270**	**5.399**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

4.4 TEMPO MÉDIO DE EMPREGO EM MESES

O tempo médio de emprego na segurança privada é de 50,7 meses ou cerca de 4,2 anos. Já na atividade de transporte de valores, esse número é maior, 75,6 meses ou cerca de 6,3 anos. Isso ocorre porque, entre outros fatores, na atividade de transporte de valores a duração do tempo dos contratos de prestação de serviços é maior.

Região	Atividades de Vigilância e Segurança Privada	Atividades de Transporte de Valores	Total
Norte	42,4	63,9	45,2
Nordeste	48,9	49,2	48,9
Sudeste	47,7	89,2	51,4
Sul	47,7	82,2	50,7
Centro-Oeste	51,9	78	54,1
Brasil	**48,0**	**75,6**	**50,7**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais. Obs.: dados da Rais 2017
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

4.5 TAXA DE ROTATIVIDADE

A taxa de rotatividade em 2018 foi 0,4% menor quando comparada com a do ano anterior. Isso ocorre porque no ano de 2018, com a estabilização da economia, o número de admissões foi maior que o de desligamentos.

Ano	
2017	2018
28,1%	27,7%

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

5. NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O empregado afastado transitoriamente por motivo de doença, observados os requisitos legais, pode fazer jus aos benefícios do auxílio-doença previdenciário ou do auxílio-doença acidentário. A seguir, serão apresentadas informações sobre números e valores pagos nesses auxílios, além de informações sobre acidentes de trabalho que tiveram como consequência o óbito do trabalhador.

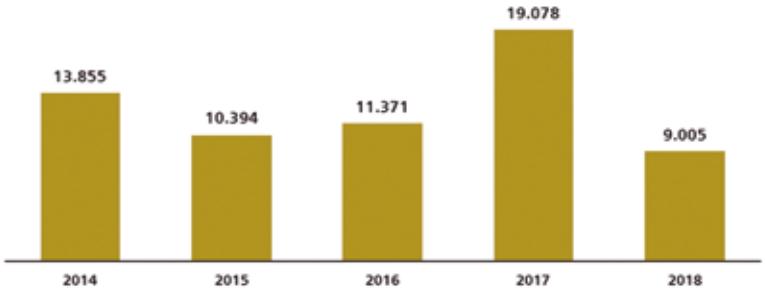
5.1 NÚMERO DE AUXÍLIOS-DOENÇA

Em 2018, foi concedido aos trabalhadores do setor de segurança privada cerca de 9.005 mil auxílios-doença, considerando que a maior parte dos auxílios concedidos foram do tipo previdenciário, ou seja, aquele cuja incapacidade laborativa não tem nexo de causalidade com a atividade exercida.

Evolução do Número de Auxílios-Doença

Em comparação ao ano de 2017 (ano atípico em que houve a concessão de mais de 19 mil auxílios), tem-se uma redução de 52,8% no número de auxílios-doença. Já no período de 2014 a 2018, houve uma redução de 35,0%.

Evolução do Número de Auxílios-Doença de 2014 a 2018



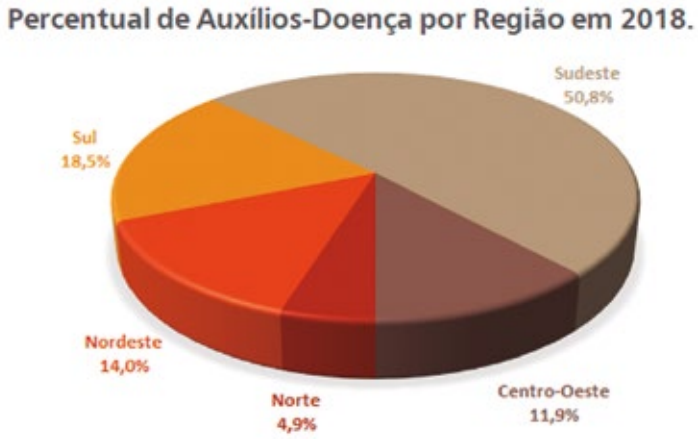
Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Número de Auxílios-Doença por Região

Do total de mais de 9 mil auxílios-doença concedidos em 2018, é possível constatar que 8.590 ou 95,4% foram do tipo previdenciário, enquanto 415 ou 4,6% por acidente de trabalho. A região Norte representa o menor percentual de auxílios concedidos, 4,9% do total.

Região	Auxílios-Doença Previdenciários	Auxílios-Doença por Acidente de Trabalho	Total	Percentual
Norte	405	36	441	4,9%
Nordeste	1.170	88	1.258	14,0%
Sul	1.601	61	1.662	18,5%
Sudeste	4.383	190	4.573	50,8%
Centro-Oeste	1.031	40	1.071	11,9%
Brasil	**8.590**	**415**	**9.005**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Número de Auxílios-Doença por Estado

Por ser o Norte do País a região com o menor volume de auxílios-doença acidentários em 2018, apenas 36, na UF, o destaque fica com o estado do Mato Grosso do Sul. Isso porque, neste estado, apesar do volume de trabalhadores ser maior que em estados como Acre, Roraima e Tocantins, o número de auxílios por acidente de trabalho foi igual a 0 (zero). Note-se que nos estados do Acre, de Roraima e Tocantins, respectivamente, foram concedidos 1, 2 e 1 auxílios-doença acidentários.

Estado	Auxílios-Doença Previdenciários	Auxílios-Doença por Acidente de Trabalho	Total	Percentual
Acre	7	1	8	0,1%
Alagoas	38	5	43	0,5%
Amapá	15	0	15	0,2%
Amazonas	133	11	144	1,6%
Bahia	312	18	330	3,7%
Ceará	200	8	208	2,3%
Distrito Federal	416	23	43	94,9%
Espírito Santo	211	7	218	2,4%
Goiás	395	14	409	4,5%
Maranhão	97	6	103	1,1%
Mato Grosso	133	3	136	1,5%
Mato Grosso do Sul	87	0	87	1,0%
Minas Gerais	552	26	578	6,4%
Pará	147	16	163	1,8%
Paraíba	96	8	104	1,2%
Paraná	420	10	430	4,8%
Pernambuco	194	16	210	2,3%
Piauí	47	11	58	0,6%
Rio de Janeiro	1.030	29	1.059	11,8%
Rio Grande do Norte	99	12	111	1,2%
Rio Grande do Sul	619	28	647	7,2%
Rondônia	58	5	63	0,7%
Roraima	10	2	12	0,1%
Santa Catarina	562	23	585	6,5%
São Paulo	2.590	128	2.718	30,2%
Sergipe	87	4	91	1,0%
Tocantins	35	1	36	0,4%
Brasil	**8.590**	**415**	**9.005**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

5.2 VALORES PAGOS EM AUXÍLIOS-DOENÇA

No ano de 2018, em razão dos cerca de 9.005 mil auxílios-doença concedidos, foram pagos mais de 16,7 milhões de reais aos trabalhadores do setor de segurança privada. A maior parte desse volume de dinheiro, por questões de proporcionalidade, destinou-se ao pagamento do auxílio-doença previdenciário.

Evolução de Valores Pagos em Auxílios-Doença

No período de 2014 a 2018, houve redução de 10,8% nos valores pagos em auxílios-doença no setor de segurança privada. No entanto, cabe observar que essa redução é decorrente da diminuição de auxílios-doença concedidos aos trabalhadores em 2018. Se comparado com 2017, como já mencionado, ano atípico no setor em que se teve uma grande quantidade de concessões do benefício, houve uma redução de 51% nos valores pagos em auxílios-doença.

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Valores Pagos em Auxílios-Doença por Região

De um total de mais de 16,7 milhões de reais pagos nos auxílios-doença concedidos em 2018, é possível verificar que 15,9 milhões ou 95,2% foram do tipo previdenciário, enquanto cerca de 799,5 mil ou 4,8% se referiram a acidente de trabalho. A região Norte representa o menor percentual de valores pagos nos auxílios concedidos, 4,8% do total.

Região	Auxílios-Doença Previdenciários	Auxílios-Doença por Acidente de Trabalho	Total	Percentual
Norte	R$ 714.320	R$ 64.573	R$ 778.893	4,6%
Nordeste	R$ 1.772.702	R$ 146.365	R$ 1.919.067	11,4%
Sul	R$ 2.909.134	R$ 107.961	R$ 3.017.096	18,0%
Sudeste	R$ 8.533.571	R$ 392.700	R$ 8.926.271	53,2%
Centro-Oeste	R$ 2.041.441	R$ 87.863	R$ 2.129.305	12,7%
Brasil	**R$ 15.971.169**	**R$ 799.463**	**R$ 16.770.632**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Valores Pagos em Auxílios-Doença por Estado

Com um total de aproximadamente 5,6 milhões de reais pagos nos auxílios-doença previdenciários e por acidente de trabalho, o estado de São Paulo representa 33,3% do total do volume pago no País. Em seguida, vêm os estados do Rio de Janeiro (1,9 milhão de reais) e Rio Grande do Sul (1,1 milhão de reais) pagos, respectivamente 11,4% e 6,7%.

Região	Auxílios-Doença Previdenciários	Auxílios-Doença por Acidente de Trabalho	Total	Percentual
Acre	R$ 9.566	R$ 1.602	R$ 11.168	0,1%
Alagoas	R$ 55.596	R$ 6.438	R$ 62.034	0,4%
Amapá	R$ 29.527	R$ 0	R$ 29.527	0,2%
Amazonas	R$ 240.448	R$ 18.522	R$ 258.969	1,5%
Bahia	R$ 468.909	R$ 34.914	R$ 503.824	3,0%
Ceará	R$ 311.656	R$ 13.239	R$ 324.895	1,9%
Distrito Federal	R$ 1.024.258	R$ 59.695	R$ 1.083.953	6,5%
Espírito Santo	R$ 365.142	R$ 12.993	R$ 378.136	2,3%
Goiás	R$ 669.739	R$ 23.937	R$ 693.676	4,1%
Maranhão	R$ 151.160	R$ 10.317	R$ 161.478	1,0%
Mato Grosso	R$ 210.017	R$ 4.231	R$ 214.248	1,3%
Mato Grosso do Sul	R$ 137.427	R$ 0	R$ 137.427	0,8%
Minas Gerais	R$ 1.001.381	R$ 53.335	R$ 1.054.716	6,3%
Pará	R$ 261.542	R$ 29.072	R$ 290.614	1,7%
Paraíba	R$ 125.627	R$ 10.999	R$ 136.626	0,8%
Paraná	R$ 833.247	R$ 18.317	R$ 851.563	5,1%
Pernambuco	R$ 306.979	R$ 24.314	R$ 331.293	2,0%
Piauí	R$ 74.525	R$ 18.405	R$ 92.931	0,6%
Rio de Janeiro	R$ 1.856.877	R$ 49.993	R$ 1.906.871	11,4%
Rio Grande do Norte	R$ 152.938	R$ 22.271	R$ 175.209	1,0%
Rio Grande do Sul	R$ 1.080.416	R$ 49.716	R$ 1.130.132	6,7%
Rondônia	R$ 96.004	R$ 11.063	R$ 107.066	0,6%
Roraima	R$ 14.545	R$ 3.044	R$ 17.589	0,1%
Santa Catarina	R$ 995.471	R$ 39.929	R$ 1.035.400	6,2%
São Paulo	R$ 5.310.171	R$ 276.378	R$ 5.586.549	33,3%
Sergipe	R$ 125.310	R$ 5.468	R$ 130.778	0,8%
Tocantins	R$ 62.689	R$ 1.271	R$ 63.960	0,4%
Brasil	**R$ 15.971.169**	**R$ 799.463**	**R$ 16.770.632**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

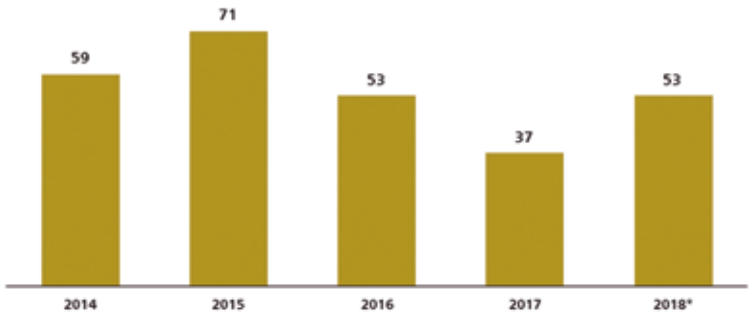
5.3 OBITUÁRIO

Calculada com base nas ocorrências dos últimos dez anos, a estimativa para o ano de 2018 foi de 53 óbitos no setor de segurança privada em todo o País. Apesar de ser um tema sensível a todos, é necessário destacar que, em média, o setor tem mantido esse número de casos estável, mesmo com a escalada da violência que assola o País.

Evolução de Óbitos

Em 2018, a estimativa é que tenha havido 53 óbitos no setor. Assim, quando comparado ao ano de 2017, houve um aumento de 42,2% no número de óbitos. Já no período de 2014 a 2018, a redução foi de 10,8%.

Evolução do Número de Óbitos de 2014 a 2018



Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV. * Estimativa do DEF
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Óbitos por Região

Com uma estimativa em 2018 de cerca de 26 óbitos, a região Sudeste representa 48,9% do total de óbitos em todo o País. Estima-se ainda que na região Norte, e também na região Centro-Oeste, tenha tido 4 óbitos ou cerca de 7,5% do total.

Região	Número de Óbitos	Percentual de Óbitos
Norte	4	7,5%
Nordeste	11	20,8%
Sul	8	15,1%
Sudeste	26	49,1%
Centro-Oeste	4	7,5%
Brasil	**53**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV. Obs.: Estimativa do DEF
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Fonte: Ministério da Economia (ME)/DATAPREV. Obs.: Estimativa do DEF
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

O ÚNICO ESCRITÓRIO COM ÁREA ESPECIALIZADA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ORIUNDOS DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA NO PAÍS.

O QUE FAZEMOS

- *Constituição e Estruturação Societária;*
- *Assessoria Regulatória perante a Polícia Federal e Exército Brasileiro;*
- *Defesa em Processos Administrativos;*
- *Defesa em Processos de Cancelamento da Autorização de Funcionamento;*
- *Requerimentos de Autorização e Renovação de Autorização de Funcionamento;*
- *Resolução de Conflitos Regulatórios;*
- *Assessoria na Implementação de Novos Serviços de Segurança Privada;*
- *Captação e Internalização de Investimentos Estrangeiros;*
- *Treinamentos e Palestras;*
- *Defesa em Ocorrências com Materiais Controlados;*
- *Contencioso Cível e Empresarial.*

DEMAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Compliance

Tributário

Assessoria Empresarial

Penal e Processo Penal

Processos Administrativos

Recuperação de Ativos Judiciais

Nós conhecemos todos os pormenores do segmento da segurança privada e, por conta disso, **conquistamos diversas benesses para nossos clientes e para o setor, consolidando novas teses perante o Poder Judiciário e garantindo aos empresários o livre exercício da atividade nos exatos moldes da legislação.**

Hoje representamos nossos clientes, tomadores ou prestadores de serviços de segurança privada, **em 14 estados brasileiros**, superando as expectativas e entregando resultados.

Novo Escritório em Brasília

+ 55 61 3083-7769

SRTVS Quadra 701, Bloco O, Sala 521
Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70340-000

Escritório Principal em **São Paulo**

+ 55 11 3721-6357

Rua dos Três Irmãos, 310 - Cj. 212
São Paulo - SP - CEP 05615-190

contato@jorgeadvogados.com

www.jorgeadvogados.com

JORGE ADVOGADOS ASSOCIADOS

6 PERFIL DO TRABALHADOR

É senso comum que o setor de prestação de serviços demanda mais mão de obra que as demais atividades econômicas, como o setor industrial. Assim, neste capítulo, será apresentado o perfil dos trabalhadores do setor de segurança privada do País.

6.1 Gênero

No setor de segurança privada, 90,3% dos trabalhadores são do sexo masculino, enquanto 9,7% são do sexo feminino.

Gênero	Número de Trabalhadores	Percentual de Trabalhadores
Masculino	500.217	90,3%
Feminino	53.688	9,7%
Total	**553.905**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

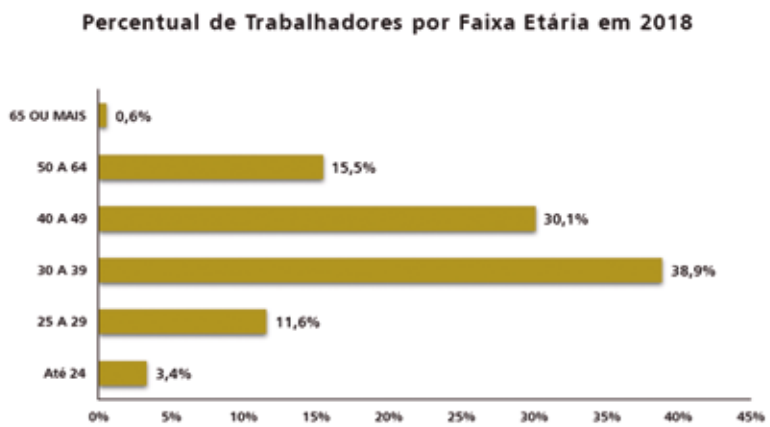
Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

6.2 Faixa Etária

É possível verificar que a maior parte dos trabalhadores, 69,0% do total, está contida nas faixas etárias que variam de 30 a 39 e 40 a 49 anos de idade. Na primeira faixa, ou seja, de 30 a 39 anos, encontram-se 38,9% do total de trabalhadores.

Faixa Etária	Número de Trabalhadores	Percentual de Trabalhadores
Até 24	18.678	3,4%
25 A 29	64.256	11,6%
30 A 39	215.296	38,9%
40 A 49	166.822	30,1%
50 A 64	85.765	15,5%
65 OU MAIS	3.088	0,6%
Total	**553.905**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

* Telefonia celular;
* Motorista;
* Academia de ginástica;
* Alfaiataria;
* Manutenção Automotiva;
* Segurança Patrimonial;
* Lavanderia;
* Fotógrafo;
* Serviços bancários;
* Assessoria Jurídica;
* Rede de Franquias;
* Consultorias;
* Estacionamento;
* Hotéis;
* Passagens aéreas;
* Assistência Médica;
* Televisão por Assinatura;
* Limpeza urbana, etc.

A **Cebrasse** sabe o quanto os serviços são importantes. Por isso, é uma entidade que busca representar o setor com a força que ele merece.

CEBRASSE
Central Brasileira do Setor de Serviços

Conheça os benefícios de fazer parte da maior Central Empresarial de Serviços do Brasil
Mais de 80 associados, entre entidades patronais e empresas. Faça parte dessa força!

www.cebrasse.org.br

Entidades Mantenedoras

SINDEPRESTEM · SEAC SP · Febrac

Apoiadores Master

TOTVS · CONEXÃO · ABRE · CRATOS · Insight · Mattos & Monteiro

Entidades Associadas

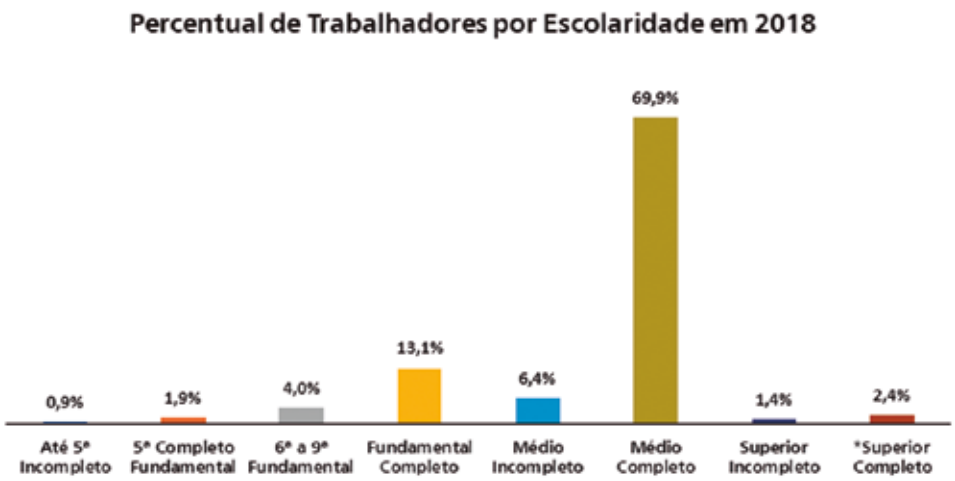
Fenavist · ABERC · ABRALIMP · ABRAFAC · abrevis · Feaduaneiros · ATV · APRAG · abrasel SP · HINSTAL · SEAC DF · SEAC-MG · SINDASSEIO · FEPRAG · Seac-RJ · Selur · SINDESP/RS · SINEATA · ABCVP · ANFAVEST · SINDESP-RJ

6.3 Escolaridade

Em relação à escolaridade do trabalhador de segurança privada, quando considerada a escolaridade até a 9ª série do fundamental, verifica-se que o percentual é de 6,8%; do fundamental completo até o médio incompleto, o percentual é de 19,5%; e o percentual de vigilantes que possuem ensino médio completo ou mais é de 73,7%.

Faixa Etária	Número de Trabalhadores	Percentual de Trabalhadores
Até 5ª Incompleto	5.176	0,9%
5ª Completo Fundamental	10.394	1,9%
6ª a 9ª Fundamental	22.128	4,0%
Fundamental Completo	72.648	13,1%
Médio Incompleto	35.178	6,4%
Médio Completo	387.132	69,9%
Superior Incompleto	7.932	1,4%
*Superior Completo	13.31	2,4%
Total	**553.905**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED. * Inclui mestres e doutores
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais e CAGED. * Inclui mestres e doutores
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

6.4 Remuneração

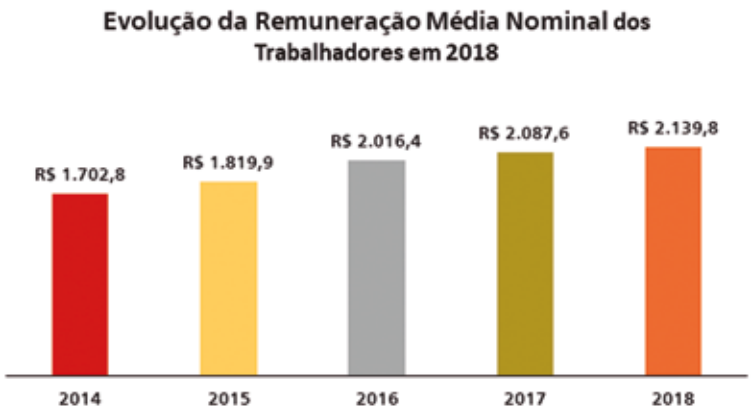
Foi comentado no capítulo 3, seção 3.3, que no caso específico dos vigilantes, nos últimos 5 anos, houve um ganho real no salário de 7,32% acima da inflação. O mesmo vale para os trabalhadores do setor no geral. É o que demonstram os dados a seguir quando se observa a evolução da remuneração média no setor no período de 2014 a 2018.

Evolução da Remuneração Média

É notório o crescimento que a remuneração dos trabalhadores alcançou no País. No período de 2014 a 2018, consta a elevação de 25,7% na média salarial dos trabalhadores do setor da segurança privada.

Ano	Remuneração Média Nominal
2014	R$ 1.702,8
2015	R$ 1.819,9
2016	R$ 2.016,4
2017	R$ 2.087,6
2018	R$ 2.139,8

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



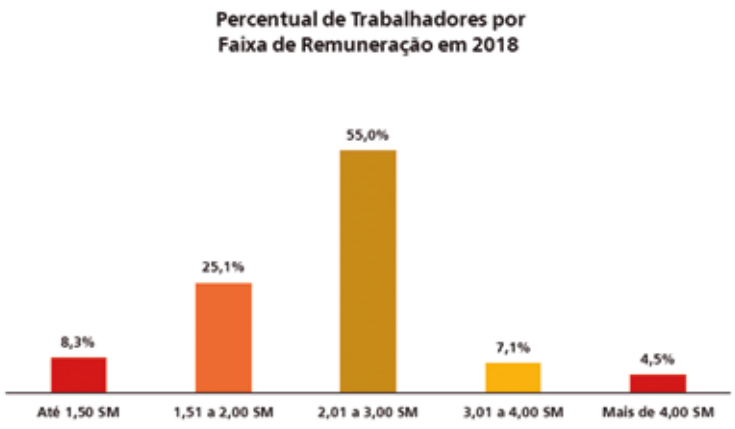
Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Remuneração por Faixa Salarial

Quando observada a remuneração por faixa em salários mínimos, percebe-se que 91,7% dos trabalhadores receberam acima de 1,5 salário mínimo em 2018. Na faixa salarial que vai de 2,01 a 3,00 salários mínimos, encontra-se a maior parte dos trabalhadores, 55,0% do total.

Faixa de Remuneração em Salários Mínimos (SM)	Número de Trabalhadores	Percentual de Trabalhadores
Até 1,50 SM	45.953	8,3%
1,51 a 2,00 SM	139.192	25,1%
2,01 a 3,00 SM	304.559	55,0%
3,01 a 4,00 SM	39.533	7,1%
Mais de 4,00 SM	24.668	4,5%
Total	**553.905**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)



Fonte: Ministério da Economia (ME)/Rais
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Grupo Protege, há 47 anos participando da evolução da segurança privada no País.

A evolução do setor de segurança privada está diretamente ligada à nossa história. Desde a fundação, em 1971, somos pioneiros em inovação, sempre investindo em tecnologia, desenvolvimento de soluções e qualificação de profissionais. E tudo por um só motivo: a busca pela excelência na prestação de serviços.

GRUPO PROTEGE

PROTEGE · PROTEGE SEGURANÇA ELETRÔNICA · PROTEGE SERVIÇOS · PROVIG · PROAIR · PROFORTE

7 A SEGURANÇA PRIVADA NA EUROPA

O setor de segurança privada europeu é um dos mais consolidados e que mais faturam em todo o mundo, conforme pode ser observado pelos dados da Confederação Europeia de Serviços de Segurança (CoESS) de 2015. Abaixo, encontra-se uma breve análise dos 20 países que mais faturam com a segurança privada.

7.1 NÚMERO DE EMPRESAS, VIGILANTES E FATURAMENTO

Os números globais dos 34 países na Europa pesquisados são aproximadamente: 44,8 mil empresas, 1,9 milhão de vigilantes e 40,620 bilhões de euros.

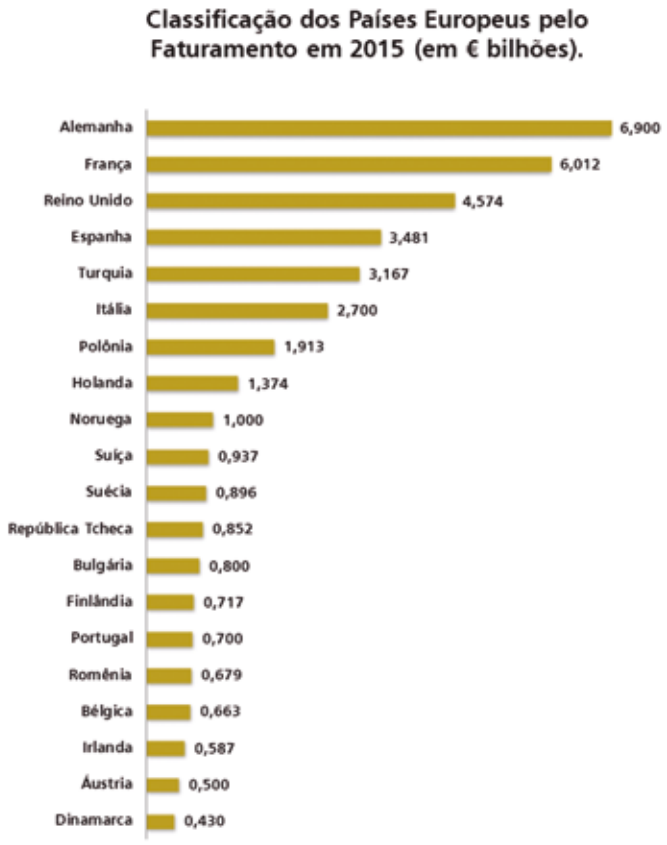
Como estão sendo analisados os 20 países com maior faturamento, temos cerca de: 36,9 mil empresas, 1,8 milhão de vigilantes e 38,882 bilhões de euros de faturamento. Respectivamente, esses 20 países representam 82,4%, 91,1% e 95,7% do total global de empresas, vigilantes e faturamento na Europa.

País	Número de Empresas	Número de Vigilantes	Faturamento Anual
Alemanha	5.500	246.903	€ 6.900.000.000
França	3.391	160.400	€ 6.012.000.000
Reino Unido	4.200	231.680	€ 4.574.000.000
Espanha	1.534	78.200	€ 3.481.000.000
Turquia	1.511	321.558	€ 3.167.000.000
Itália	857	41.000	€ 2.700.000.000
Polônia	4.200	250.000	€ 1.913.000.000
Holanda	2.288	27.928	€ 1.374.000.000
Noruega	150	11.000	€ 1.000.000.000
Suíça	818	20.000	€ 937.000.000
Suécia	250	20.000	€ 896.000.000
República Checa	6.777	44.997	€ 852.000.000
Bulgária	2.867	123.000	€ 800.000.000
Finlândia	250	9.000	€ 717.000.000
Portugal	92	37.104	€ 700.000.000
Romênia	1.557	91.586	€ 679.000.000
Bélgica	-	18.000	€ 663.000.000
Irlanda	200	20.000	€ 587.000.000
Áustria	-	12.259	€ 500.000.000
Dinamarca	470	5.000	€ 430.000.000
TOTAL	**36.912**	**1.769.615**	**€ 38.882.000.000**

Fonte: Confederação Europeia de Serviços de Segurança (CoESS)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

7.2 CLASSIFICAÇÃO PELO FATURAMENTO

Alemanha, França e Reino Unido lideram a lista dos 20 países europeus que mais faturaram com a segurança privada no ano de 2015. Juntos, esses países somam cerca de 17,486 bilhões de um total de 38,882 bilhões de euros de faturamento, o que representa, em termos percentuais, o valor de 45,0% do total.



Fonte: Confederação Europeia de Serviços de Segurança (CoESS)
Elaboração: Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)

Invista no sorriso
dos seus colaboradores

A **Fenavist** em parceria com a Prodent oferece à sua empresa o melhor Plano Odontológico

ANS-nº 38.004-1

Plano Totality Plus
com 294 procedimentos

CLÍNICA GERAL • DENTÍSTICA (RESTAURAÇÕES) • PERIODONTIA (GENGIVAS)
ENDODONTIA (CANAIS) • PRÓTESE (RN 211/2010) • CIRURGIA ORAL MENOR
RADIOLOGIA (RX) • ODONTOPEDIATRIA • APARELHO ORTODÔNTICO*

*EXCETO MANUTENÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ORTODÔNTICA

Plano odontológico com qualidade e amplo atendimento nacional

- Rede Credenciada em todo Brasil
- Sem carência Tratamento iniciado na 1ª consulta
- Pronto-Socorro 24 horas.
- Carteirinha online APP Prodent

Prodent
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Solicite sua proposta
comercial@prodent.com.br | (11) 3017-6080

Fenavist

Fundado em agosto de 1988, o Sindesp-MG defende, orienta, coordena e representa legalmente o segmento da Segurança Privada em Minas Gerais.

Saiba mais sobre o Sindesp-MG e as empresas associadas. **Acesse www.sindesp-mg.com.br**

Sindesp MG
Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais

sindesp-mg@sindesp-mg.com.br | (31) 3327-5300

8 OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA NO SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA

(Por Antonio Everton e Catarina Carneiro)

- **Introdução**

Este texto visa tratar de maneira objetiva o tema Os Impactos da Violência no Setor de Segurança Pública e Privada, sem se aprofundar nas principais causas da disseminação da violência no Brasil e seu impacto no sistema de saúde.

O problema do crescimento da violência no País apresenta natureza complexa, devido a razões históricas, estruturais e conjunturais, à extensão da população de baixa renda, à sensação de impunidade em geral e à concentração da riqueza. Além dessas características inerentes ao processo de formação e desenvolvimento da economia brasileira, nos últimos anos os problemas se agravaram, especialmente entre 2015-2016, quando a economia perpassou pela pior recessão da sua história.

A crise aguda desse biênio aprofundou as iniquidades decorrentes da má distribuição da renda, bem como redundou na ampliação do universo de trabalhadores excluídos do mercado de produção de bens e serviços, acarretando a reversão do processo de inclusão socioeconômica experimentado no começo dos anos 2000. Um dos efeitos da situação foi a queda acentuada do nível de consumo. Outro fenômeno: o aumento da violência.

A recessão econômica não explica sozinha a evolução da violência, mas revela enorme peso no processo de crescimento. A ausência de geração de oportunidades de trabalho faz com que as pessoas acabem usando as possibilidades de ganhos em atividades informais e muitas vezes em empreitadas fora da lei.

Não bastasse esse desvio, muitas pessoas encontram no mundo da bebida e das drogas o alívio e a anestesia necessários para escapar da realidade, o que as torna inconsequentes e inescrupulosas. Por força da adicção da dependência química, crimes também têm sido cometidos.

Para deteriorar o cenário, tem-se a crise fiscal. Nos últimos anos, em virtude do tamanho do déficit e do volume da sua dívida, o governo veio perdendo capacidade de ofertar os serviços públicos de que a sociedade precisa, comprometendo assim os investimentos, afetando as áreas da saúde, infraestrutura, educação e segurança, entre outras.

Além dessa combinação de fatores, a economia tem enfrentado sérios problemas para recuperar as condições do crescimento sustentável, levando-se em conta o peso de algumas variáveis como o nível de desemprego elevado, os juros altos e a baixa confiança dos agentes econômicos em realizar seus gastos de consumo e investimento. Essas condições se refletiram, sobretudo, no baixo crescimento do produto interno a taxas de 1,1%, tanto no exercício de 2017 quanto de 2018.

Para 2019, as perspectivas para a performance da economia, que eram alvissareiras no primeiro bimestre, começaram a ser revisadas para baixo com a divulgação dos indicadores de desempenho, causando frustração e praticamente repetindo o processo que aconteceu na passagem para 2017 bem como para 2018.

Recentemente no corrente ano, o aumento observado abaixo do projetado para as vendas do comércio varejista e da produção industrial, somado ao ritmo mais lento de crescimento da economia global, fez com que a taxa estimada do PIB fosse revisada para baixo, para 2,0%, segundo previsão dos principais analistas do mercado financeiro.

Com o presente trabalho, a Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) espera poder participar da VI edição do Estudo do Setor de Segurança Privada (VI ESSEG) abordando esse assunto tão sensível para qualquer sociedade, de maneira que se possa examinar as atividades abrangidas pela Fenavist e correlacioná-las com a movimentação do emprego e o desempenho da economia.

As atividades compreendidas pela representação da Fenavist podem ser consideradas de importância potencial crescente para os cidadãos, na medida em que preenchem a lacuna deixada pelo Estado na cobertura dos serviços de segurança, sendo consideradas atividades complementares.

Assim, diante da deficiência e da incompetência na prestação de serviços por parte do setor público, as empresas ligadas à Fenavist, em especial as das atividades de vigilância e segurança, têm a oportunidade de ocupar os espaços existentes no desenvolvimento das cidades e do campo, áreas onde podem desonerar o setor público para atuar dentro de suas especificidades, adotando medidas e ações integradas, e diminuindo a sensação de insegurança que tem se tornado muito presente e cada vez mais maior, graças à disseminação da violência.

- **Evolução da violência no Brasil**

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 aconteceu o maior registro de mortes violentas no País, ultrapassando a marca de 61 mil pessoas, número jamais verificado até então.

Contudo, em 2017, o registro de mortes violentas continuou aumentando, surpreendendo. Naquele ano o número subiu para exatamente 63.895 mortes, representando acréscimo de 2,9% sobre o resultado histórico de 2016. Nos registros estatísticos de 2017, chamou a atenção o fato de que 55.900 mortes corresponderam a homicídios dolosos, aqueles cometidos com intenção de matar.

Ainda em relação ao mesmo ano, a taxa de morte violenta por 100 mil habitantes chegou a 30,8, o que significou a maior de toda a série, sinalizando que o fenômeno da violência tendia a espalhar-se mais rapidamente.

Os maiores indicadores da violência no Brasil encontraram-se nos estados com relativo grau de pobreza acentuada e má distribuição da renda, onde as perspectivas de ascensão social para o cidadão local são bem menores do que nos estados mais ricos da Federação. Portanto, as maiores taxas foram detectadas no Rio Grande do Norte (68,0), no Acre (63,9) e no Ceará

(59,1). Em contraposição, São Paulo (10,7), Santa Catarina (16,5) e Distrito Federal (18,2) foram os estados onde a onda de violência pareceu revelar menor intensidade.

- **Das 50 cidades mais violentas no mundo, 17 estão no Brasil**

De acordo com estudo divulgado em março de 2018, realizado pela organização de sociedade civil mexicana Segurança, Justiça e Paz, com base na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, o Brasil se apresentou como o país com o maior número de cidades entre as 50 áreas urbanas mais violentas do mundo.

Das 50, o Brasil se apresentou com cerca de aproximadamente 34% da lista. Los Cabos, localizada no México, apareceu em 1º lugar, seguida por Caracas, na Venezuela. Segundo a ONG, a cidade de Natal (RN) figurou em 4º lugar, depois de Acapulco (México).

No ranking das 50 cidades mais violentas, o Brasil liderou disparadamente com 17 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes incluídas nesse conjunto. Bem depois veio o México, com 10 cidades (20%); a Venezuela, com 5 (10%); os Estados Unidos, com 4 (8%), entre outros países relacionados.

Das cidades brasileiras mais agressivas, Natal encabeçou a lista da pesquisa seguida por Fortaleza (CE), Belém (PA), Vitória da Conquista (BA), Maceió (AL), Aracaju (SE), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Salvador (BA), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Macapá (AP), Campos de Goytacazes (RJ), Campina Grande (PB), Teresina (PI) e Vitória (ES), nesta ordem.

- **Gastos com segurança**

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 expuseram o pequeno incremento de 0,85% entre 2016 e 2017 dos gastos da União, Estados e Municípios com defesa civil, informação e inteligência e demais subfunções. O total despendido pelos três entes atingiu em 2017 exatamente R$ 84,752 bilhões.

Diante do pequeno acréscimo total, é possível compreender o alastramento da violência no País, porque o aumento das despesas com o combate ao crime não se deu de maneira uniforme nem proporcional entre as unidades da federação. Pelo contrário, alguns estados reduziram sobremaneira seus gastos. Assim, a queda dos gastos e dos investimentos é determinante para explicar por que a violência cresceu em algumas áreas.

Sem aprofundar no detalhamento dos montantes, esse anuário mostrou que Rio Grande do Norte (-19,1%), Goiás (-10,7%) e Rio de Janeiro (-9,5%) foram os estados que mais diminuíram os gastos com segurança, fato que acarretou a elevação da criminalidade. Em contrapartida, Acre (+14,0%), Distrito Federal (+12,0%), Maranhão (+10,6%) e Paraná (1,4%) registraram as maiores taxas, o que ajuda a justificar a melhoria da segurança pública.

Entre muitos fatores, evidentemente, o aumento da violência também se dá seguido da queda dos investimentos em segurança, com ênfase nas unidades da federação que passam por sérios problemas fiscais, visto que necessitam destinar parcela substantiva dos recursos

recolhidos para outras áreas que não seja a de segurança, como para realizar pagamentos com pessoal ativo e inativo e pagar os juros das dívidas interna e externa.

- **Indicador da Felicidade: Brasil perdeu posições no ranking global**

Concorrendo com 156 países no Relatório Mundial da Felicidade, em 2016 o Brasil ocupava a 17ª posição. No ano seguinte perdeu cinco posições, passando para 22º lugar. O índice que mede esse tipo de comparação é decomposto pelas seguintes variáveis: PIB per capita; assistência social; expectativa de vida saudável; liberdade para fazer escolhas; generosidade; confiança; distopia e ausência de corrupção.

Em decorrência dos efeitos da crise econômica e da incapacidade de recuperar-se mais rapidamente, em 2019, o País passou a ocupar o 32º lugar do mundo, perdendo 16 posições em comparação com 2015.

Em ordem do maior nível para o menor, as pessoas mais felizes residem na Finlândia, Noruega, Dinamarca, Islândia, Holanda, Suíça, Suécia, Nova Zelândia, Canadá e Áustria.

Dentre os países da América Latina, destacaram-se a felicidade na Costa Rica, ocupando o 12º lugar mundial; México (23º); Chile (26º); Guatemala (27º) e Panamá (31º), países com envergadura econômica menor do que a do Brasil, mas que se posicionam na frente, considerando a baixa confiança das pessoas e a corrupção elevada.

Apesar de o indicador da Felicidade não apresentar na sua composição item ligado à violência, pode-se supor para contextualizar que o Brasil também perdeu lugares no ranking devido às respostas da pesquisa poderem ter sido contaminadas pela velocidade com a qual o fenômeno da violência vem-se disseminando, entre outros fatores que produzem desalento e tristeza, tais como o desemprego e dificuldades de se inserir ou reinserir no mercado de trabalho.

- **A população e o setor produtivo vão se protegendo com mais seguranças particulares**

Um fenômeno que se tem observado em paralelo ao crescimento da violência no País é o do aumento da procura de mecanismos e recursos da sociedade em geral para defender-se, utilizando os meios de que dispõe, o que não necessariamente é a utilização de empresas de segurança privada, pois esse movimento estaria mais ligado a um potencial econômico forte da sociedade, mas, de forma geral, ela recorre às formas irregulares e não regulamentadas de segurança.

Uma vez que se constata a incapacidade de o Estado suprir esse tipo de demanda, uma das formas que a população vem buscando para cobrir o hiato tem sido a contratação de seguranças particulares, sem a devida qualificação, para poder se sentir segura, pois o movimento para essas contratações de pessoal qualificado e regular está também intimamente atrelado à capacidade econômica tanto da sociedade, quanto do setor empresarial. Dessa maneira, a segurança privada, embora suplementar, e podendo operar para cobrir as lacunas da segurança pública, atua de forma instável.

Diante das condições que produzem medo em decorrência do risco e do perigo que as pessoas correm, a contratação de serviços de segurança particular configura-se apenas como

uma das opções para solução do problema crescente. Nesse caso, as empresas de vigilância e segurança poderiam ter um potencial de crescimento, considerando a tendência de uma melhora da economia e de uma nova visão de complementaridade e integração com a segurança pública.

- **Economia e emprego no setor Fenavist**

A recessão que bateu e se difundiu pela economia entre 2015-2016 produziu estragos profundos que ainda são percebidos. Um deles, por exemplo, é o mau desenvolvimento do mercado de trabalho. Com o País apresentando mais de 12 milhões de desempregados, entende-se o porquê da demora em apresentar recuperação consistente a taxas mais robustas de crescimento por causa da cautela das empresas em realizar investimentos e absorver mão de obra, diante de um cenário político que inspira baixa confiança.

As incertezas quanto à implementação da reforma da Previdência contribuem para deteriorar o quadro e as expectativas. Além desses motivos, a onda de otimismo com relação ao novo governo parece ter começado a esvair-se, como mostraram as últimas pesquisas de intenção de consumo das famílias, assim como a que tratou da aprovação do governo.

À medida que o tempo passa, a permanência das incertezas políticas auxilia a esgarçar o tecido social, uma vez que a economia vem crescendo em patamares baixos e o desemprego pouco diminui, e essas parecem ser as perspectivas no desempenho econômico de curto prazo.

A taxa acumulada do PIB nos últimos seis anos (2013-2018) ficou negativa em 1,3%. Se em 2019 a economia voltar a repetir a variação de 2017 e 2018 (+1,1%), em sete anos a produção doméstica praticamente será nula, o que representa a produção voltar ao mesmo patamar de 2012.

Ainda que a taxa deste ano fique acima de 1,1%, como é esperado o crescimento de 2,0%, a situação será pouco animadora, tendo em vista que o quadro em quase nada mudaria. Afinal, a recessão foi muito forte, atingindo todos os setores produtivos e a capacidade de recuperação da economia tem-se revelado lenta. Em ambos os cenários, computa-se a estagnação da produção no intervalo de oito anos.

As empresas das categorias profissionais de vigilância e de transporte de valores representadas pela Fenavist sofreram com o ciclo recessivo, tendo que fazer ajustes no quadro de pessoal diante do baixo nível de consumo desses serviços bem como da atividade econômica.

Com relação a 2018, as informações do Ministério da Economia mostraram que o volume de pessoal ocupado em ambas as categorias vem caindo desde 2015 – a despeito do incremento da violência.

O último dado disponível sobre a quantidade de mão de obra formal ocupada de 2018 revela que as atividades de transporte de valores empregavam 53.435 trabalhadores, enquanto as de vigilância e segurança privada somavam 500.470 funcionários.

Dos últimos cinco anos, 2014 apresentou o maior estoque de empregados nessas categorias (85.298 e 569.601, respectivamente).

Embora empregue menor contingente de mão de obra, as atividades de transporte de valores

foram as que relativamente sofreram mais com a crise econômica, tendo que reduzir com maior intensidade o número do pessoal, na medida em que registraram as maiores taxas de variação negativa.

Nos cinco anos compreendidos entre 2014-2018, o segmento demitiu aproximadamente 91,7 mil trabalhadores.

Já as atividades de vigilância e segurança privada, por empregarem maior contingente de trabalhadores, apresentaram números superiores em relação aos do transporte de valores. Nesse caso, houve redução de 60,9 mil pessoas dos seus quadros.

- **Conclusões**

O fenômeno da violência no Brasil tem assustado a população porque vem crescendo, fazendo com que a sociedade procure por meios para reagir e buscar prevenção, na medida do possível. Nesse contexto, os veículos midiáticos têm divulgado o aumento das diferentes formas de as pessoas e empresas implementarem sua proteção.

Se por um lado isso vem acontecendo, por outro é importante que a economia volte a crescer e se fortaleça para que os agentes possam despender mais recursos com a segurança privada.

Assim sendo, parece que existe potencial para as empresas representadas pela Fenavist expandirem seus negócios, se conseguirem ofertar serviços aos nichos de mercado que surgem. Ao mesmo tempo, isso dependerá do estabelecimento de um tipo de legislação – como a aprovação do Estatuto da Segurança Privada – que modernize e regularize as atividades dessas empresas diante da realidade de maior insegurança, da necessidade de novos investimentos e da concorrência com empresas informais.

Os dados da evolução do emprego entre 2014-2018 mostraram que as empresas se viram obrigadas a fazer ajustes de pessoal, reduzindo seus funcionários pela situação da economia recessiva e pela queda no faturamento.

Comparando o dinamismo da economia e o aumento da violência com o emprego nas atividades da Fenavist, conclui-se que:

- ✓ A redução dos gastos públicos com o combate à violência em algumas regiões no País, notadamente, oportuniza o crescimento da violência.
- ✓ Em outro sentido, a atuação das empresas representadas pela Fenavist em áreas do mercado que a própria sociedade poderá criar e demandar somente acontecerá se houver condições econômicas para isso, isto é, se existir capacidade de pagamento por quem procura esse tipo de serviço.
- ✓ Diante das condições presentes, a retomada do nível de emprego aos patamares verificados em 2014 dependerá, sobremaneira, da capacidade de crescimento sustentável da economia, dos investimentos e da geração de renda a taxas mais robustas do que as dos últimos dois anos (2017-2018), o que acontecerá em função das reformas do Estado Nacional e dos gastos do governo em saúde, educação, infraestrutura, entre outros fatores.

Antonio Everton e Catarina Carneiro
Economistas da Divisão Econômica da CNC

SEGURANÇA DO TAMANHO DO SEU PATRIMÔNIO

Grupo Master Security

PROFISSIONALIZAÇÃO SERIEDADE INTERAÇÃO COMPETÊNCIA
CONSCIENTIZAÇÃO PLANEJAMENTO EFICÁCIA TECNOLOGIA
PARCERIA COMPROMETIMENTO QUALIDADE RELACIONAMENTO

Alguns itens são indispensáveis em seu negócio

SEGURANÇA É UM DELES

Há mais de 25 ANOS atuando nos segmentos:

Segurança Patrimonial e Pessoal,
Portaria e Recepção,
Limpeza e Conservação,
Bombeiro Civil,
Segurança Eletrônica,
Portaria Virtual,
Instalação e Monitoramento de CFTV e Alarmes,
Terceirização de Serviços em Geral.

GRUPO
MASTER SECURITY

Rua Conselheiro Nébias, 1142
Campos Elíseos - Cep.: 01203-002
São Paulo/SP
Fone: 11 3225-1200

Certificados:

CRS SESVESP

CONFIDE

www.mastersecurity.net

9 QUAL SERÁ O FUTURO DA SEGURANÇA NAS ORGANIZAÇÕES?

(Por Tácito Augusto Silva Leite)

Em tempos de internet das coisas (IoT), inteligência artificial (AI), carros autônomos, aeronaves não tripuladas e várias outras inovações tecnológicas que fazem o mundo olhar para o futuro com certo desespero, me pergunto constantemente: Qual será o futuro da segurança física, segurança da informação, gestão de riscos e outras áreas que trabalham em prol da proteção e resiliência dos ativos da empresa, independentemente de serem físicos, intelectuais, digitais ou até mesmo as marcas das organizações?

Analisei os últimos relatórios do The Global Risks Report – Fórum Econômico Mundial – sob a ótica da segurança lógica, física, riscos e ficou claro que os riscos de segurança cibernética estão crescendo, tanto em sua relevância como em seu potencial disruptivo. As infraestruturas críticas estão mais ameaçadas do que em anos anteriores. Os ataques contra as empresas praticamente duplicaram em cinco anos, e os incidentes, que uma vez foram considerados extraordinários, estão se tornando cada vez mais comuns e automatizados. O impacto financeiro das violações da cibersegurança está aumentando, e alguns dos maiores custos dos últimos anos relacionaram-se a ataques com solicitação de resgate, como o caso do WannaCry – que afetou 300 mil computadores em 150 países – e NotPetya, o que causou perdas trimestrais de US$ 300 milhões para várias empresas atingidas. Outra tendência crescente é o uso de ataques cibernéticos às infraestruturas críticas e a setores industriais estratégicos, suscitando receios de que, no pior dos casos, os atacantes possam desencadear uma quebra nos sistemas que mantêm as sociedades funcionando (água, luz, comunicação, sistema financeiro, saúde entre outros).

A soma de todo o dinheiro do mundo é cerca de 60 trilhões de dólares, mas a soma total das moedas e cédulas é de menos de 6 trilhões de dólares. Ou seja, mais de 90% de todo o dinheiro do mundo – mais de 50 trilhões de dólares – existem nos computadores e trafegam através das redes lógicas como a internet. Esse movimento ainda está longe de estabilizar e é bem possível que em breve o percentual de dinheiro eletrônico seja ainda maior.

Lendo apenas esse parágrafo acima, em que mundo você acredita que os crimes irão ocorrer com mais frequência, no físico ou virtual?

Em várias palestras realizadas ao longo dos últimos anos, percebi que outra pergunta se repetia quase como um mantra, demonstrando a preocupação também de outros profissionais sobre esta questão: Qual será o futuro da gestão da segurança dentro das organizações diante dessa realidade cibernética?

Com base em minhas experiências e reflexões, a resposta, invariavelmente, é: Integração!

Para que outros colegas e amigos confiram o significado inteiro dessa resposta, tentarei, neste breve artigo, apresentar uma linha de raciocínio que parece lógica para mim.

Para não me estender e ainda assim levar conteúdo a quem queira se aprofundar no tema,

ofereço abaixo o que seria uma sequência lógica acompanhada de hiperlinks contendo argumentações que poderão munir as mentes inovadoras que queiram se diferenciar e antecipar o futuro, levando a segurança ciberfísica para dentro de sua organização.

Embora a segurança da informação (ou do conhecimento), a segurança física corporativa e a gestão de riscos sejam matérias existentes há milhares de anos, vou me ater às últimas décadas. Para não ser prolixo, deixarei essa história milenar para outra ocasião e agora vou me concentrar em três linhas de argumentação.

Vejamos primeiro algumas bases teóricas e fundamentos práticos em defesa da segurança ciberfísica:

1. A integração dos vários segmentos da segurança vem sendo discutida há mais de 30 anos nos ambientes acadêmico e corporativo. Esta matéria de 1999 é um exemplo de como a área de segurança estava tomando consciência da questão – http://www.boran.com/security/sp/security_space.html

2. Grandes consultorias mundiais já consideram essa integração em suas orientações há muitos anos. Este estudo da PWC é um bom exemplo: https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/assets/seguranca-corporativa-13-ing.pdf

3. A discussão sobre a integração e a realidade da segurança tem alimentado uma grande bibliografia internacional dedicada a entender e organizar essa linha de argumentação – http://infosectoday.com/Articles/convergence.htm

4. Vários livros e sites relacionados com o CSO (Chief Security Officer) – diferente de CISO (Chief Information Security Officer) – já consideram as duas áreas como responsabilidade desses executivos capazes de integrar e gerir de forma integrada – https://www.csoonline.com/article/2118531/metrics-budgets/metrics-for-corporate-and-physical-security-programs.html

Agora pensemos nas funções e responsabilidades dos gestores de segurança ciberfísica:

5. Vale a pena entender melhor a diferença entre CSO e CISO. O CSO atualmente é o executivo responsável pela segurança da organização, tanto física quanto digital. Ele participa e até lidera outras áreas como gestão de riscos, planejamento de continuidade de negócios, prevenção de perdas, combate a fraudes e à violação de privacidade, entre outras matérias ligadas à proteção – https://tecnologiaaldia.wordpress.com/2012/08/01/lo-que-es-el-jefe-de-seguridad-cso-tienes-lo-que-se-necesita/

6. No próprio Wikipedia há referência à segurança corporativa e indicação do CSO como responsável pela segurança física e lógica, pela gestão de riscos e outras áreas correlatas – https://en.wikipedia.org/wiki/Corporate_security

E, por último, vejamos o que já está sendo feito, como e por quem:

7. Se você precisa integrar essas duas áreas na sua empresa, existem várias formas de fazê-lo, todas obrigatoriamente passam pela conscientização do seu cliente interno. Existem livros e artigos bem interessantes que tratam do tema da integração – https://www.cio.com/article/2392576/security0/how-integrating-physical-and-information-

security-mitigates-risks.html

8. Grandes empresas nacionais e multinacionais já deram esse passo e estão em outra fase de maturidade em relação à segurança e à resiliência. A Petrobras é uma delas, estão integrando as duas áreas dentro de Inteligência e Segurança Corporativa – http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/organograma/

9. A Iberdrola já trata os dois temas de forma integrada há vários anos, inclusive no Brasil. Essa integração está expressa na sua política de segurança e abrange todo o grupo empresarial – https://www.iberdrolamex.com/wp-content/uploads/2018/01/Iberdrola-corporate_security_policy.pdf

10. Até mesmo tradicionais prestadores de serviços de vigilância como a Prosegur já oferecem serviços de cibersegurança há vários anos e continua expandindo-os – https://www.prosegur.pt/empresas-e-instituicoes/servicos/servicos-de-seguranca-remota/ciberseguranca

11. A Prosegur comprou recentemente a empresa Dognaedis, do setor de cibersegurança, para ampliar seu portfólio e fortalecer sua posição como fornecedor de serviços de cibersegurança na Europa – https://www.noticiasaominuto.com/economia/556068/prosegur-compra-portuguesa-dognaedis-para-reforcar-ciberseguranca

12. Até a tradicional distribuidora de equipamentos de segurança eletrônica, a WDC Network, já tem 10% de seus parceiros de negócios dedicados ao tema de cibersegurança (Lidera, Check Point, Panda, Sophos etc.) – www.wdcnet.com.br

Direto ao ponto! Por que um dos segmentos de negócio mais tradicionais da era moderna, como é o caso da vigilância, iria se interessar em oferecer serviços de segurança da informação? Na verdade, são vários motivos, entre eles:

1. Com a diminuição do dinheiro físico, o transporte de valores e a segurança bancária irão encolher;

2. Enquanto o indicador ebitda (sigla em inglês para earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) dos contratos de vigilância gira em torno de 5%, o dos serviços de segurança da informação gira em torno de 50%;

3. Os custos intensivos e o passivo trabalhista são muito maiores nas empresas tradicionais;

4. O cliente que contrata a segurança tradicional já está sensível ao tema e terá interesse em contratar proteção para sua vida digital.

Se sua empresa atua no ramo de segurança física, vigilância, segurança eletrônica e quer entrar no mundo da segurança da informação com segurança e responsabilidade, sugiro conhecer os projetos LivingSafe – www.living-safe.com – e WorkingSafe – www.working-safe.com.

Em contraposição, as organizações seguirão sensíveis ao tema da proteção física ligada à

segurança digital. Por exemplo, em nível tático, a segurança eletrônica (câmeras, alarmes, controles de acesso etc.) tem usado cada vez mais os bancos de dados e as redes de computadores. De forma análoga, sem a proteção física, seria impossível garantir a segurança dos ativos de informação no ambiente empresarial.

De forma prática, as organizações que optaram por possuir uma função de gerenciamento de segurança de maneira integral têm proporcionado maior segurança e resiliência por um custo menor. Além disso, comprovar zelo pelos ativos da empresa aumenta o valor de suas ações.

E é bom salientar, as companhias sem um bom alicerce de conhecimento baseado em pessoas terão pela frente um grande desafio para vencer a inércia organizacional e cumprir a meta de integração.

A humanidade tornou-se notavelmente eficiente em mitigar inúmeros riscos convencionais que podem ser facilmente isolados e gerenciados com abordagens-padrão de gerenciamento de risco. Mas somos muito menos competentes quando se trata de lidar com riscos complexos em sistemas caracterizados por loops de feedback, pontos de convergência e relações opacas de causa versus efeito que podem dificultar a intervenção.

Se o desenvolvimento da economia virtual aumenta a incidência de cyber crimes, como garantir margens de lucro para as empresas sem cuidar da segurança de dados, das informações e do conhecimento? Há pouco tempo, a carreira em segurança patrimonial estava centrada nas competências em segurança física. Agora, entretanto, quem quiser ser executivo na área necessita focar-se em segurança física e muito mais. Ao acompanhamento de artigos técnicos, congressos e feiras devem ser adicionados capacitação e aperfeiçoamento em política, finanças e segurança cyber segurança. A tendência para o futuro próximo é que um único gestor administre toda a segurança corporativa pela gestão integrada dos riscos da organização.

No nível estratégico, os CEOs e os conselhos de administração, motivados em parte por um novo conjunto de padrões de segurança, ou até mesmo pela pressão das bolsas de valores, querem ter uma visão global do risco operacional da empresa. Assim, com outra abordagem atual, o CSO pode conduzir junto com outros grupos um Enterprise Risk Management (ERM).

Seguindo essa linha de raciocínio, as empresas que estiverem preparadas para atender às necessidades de proteção de seus clientes, na dimensão física ou lógica, estarão mais aptas a seguir prosperando.

Tácito Augusto Silva Leite – Country Manager da Lidera, diretor do Departamento de Defesa e Segurança da FIESP, autor dos livros Segurança Ciberfísica nas Empresas de Energia, Gestão de Riscos na Segurança Patrimonial e mantenedor da Biblioteca de Segurança.

Fenavist Negócios

Fianzas
CORRETORA DE SEGUROS

VOCÊ JÁ ADERIU?

SEGURO DE VIDA VIGILANTES

O melhor custo benefício é aqui!

SEGURO DE VIDA PARA OS VIGILANTES COM DESCONTOS DE NO MÍNIMO 5% SOBRE O CUSTO VIGENTE!

41 3029-7044

41 98405-1860

@fianzasseguros
@fenavistnegocios

@fianzasseguros
@fenavistnegocios

10 UMA INTRODUÇÃO SOBRE COTAS DE APRENDIZES

(Por Soraya Cardoso Santos Pires)

A segurança privada, regulamentada pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, há décadas vem enfrentando o desafio de cumprir as cotas de aprendizes e de deficientes impostas respectivamente pelo artigo 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas e do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Por consequência, há anos a Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e de Transporte de Valores (Fenavist) não tem medido esforços para melhor defender os interesses das empresas de segurança perante os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como orientá-las para minimizar os riscos de autuações/notificações por eventuais descumprimentos das cotas em questão.

No que se refere à cota de deficientes, é imperioso observar que a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 93, estabelece que "a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas(...)".

Em contraposição, de acordo com a Lei nº 7.102/83, para o exercício da profissão o vigilante, além de outros requisitos, tem que comprovar aptidão física, mental e psicotécnica, bem como deve ser aprovado em curso de formação para vigilantes.

Contudo, corriqueiramente, embora as empresas de segurança tomem todas as medidas possíveis para a contratação, não têm conseguido cumprir a imposição legal.

Assim, é importante ponderar que, no que tange à cota de deficientes, essa Federação tem evidenciado a necessidade de as empresas de segurança, periodicamente, demonstrarem que seguem em busca da contratação de deficientes, sempre se municiando de documentos que comprovam que não houve o cumprimento da cota em decorrência da falta de profissionais no mercado.

Além disso, sugerem-se publicações na imprensa, fazendo o chamamento para as vagas de deficientes, bem como o envio de cartas para o Sistema Nacional de Empregos (SINE), Centros e Unidades Técnicas de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), escolas de formação e entidades representativas das pessoas com deficiência, solicitando a indicação de portadores de necessidades especiais. Isso porque, conforme decisões jurisprudenciais, afasta-se a multa administrativa por eventual descumprimento da cota para contratação de pessoas com deficiência, caso se comprove a frustração das tentativas públicas no intuito de preencher as vagas destinadas aos portadores de deficiência previstas no artigo 93 da citada lei, mesmo porque não se pode, assim, imputar à empresa qualquer conduta discriminatória quando a ausência de contratação decorreu de fato alheio

à sua vontade (na hipótese, por desinteresse dos candidatos habilitados) (AIRR 234500-51.2009.5.02.0022, relator ministro Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 01/7/2013).

Além disso, como já defendido pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, é válida a cláusula de convenção coletiva de trabalho que restringe a base de cálculo da reserva legal de vagas para portadores de deficiência. Vejamos:

> **Ação anulatória. Convenção coletiva de trabalho. Atividade de segurança privada. Restrição da base de cálculo da reserva legal de vagas para portadores de deficiência. Art. 93 da Lei nº 8.213/91. Possibilidade. Validade da cláusula.**
>
> É válida cláusula de convenção coletiva, firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Tocantins – Sintvisto e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, de Cursos de Formação e de Segurança Eletrônica do Estado de Tocantins – Sindestp/TO, que restringe a base de cálculo da reserva legal de vagas para pessoas com deficiência (art. 93 da Lei nº 8.213/91) aos cargos de natureza administrativa. As atividades de segurança privada exigem a utilização de armas de fogo e elevado grau de aptidão física e mental, de modo que o desempenho desta função por pessoa com deficiência pode resultar em riscos à sua própria integridade física. Sob esse entendimento, a SDC, por unanimidade, conheceu do recurso ordinário em ação anulatória e, no mérito, por maioria, negou-lhe provimento para manter a integralidade da Cláusula 16ª – Contratação de portador de deficiência física habilitado ou reabilitado. Vencidos os Ministros Mauricio Godinho Delgado e Kátia Magalhães Arruda (TST-RO-76-64.2016.5.10.0000, SDC, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 13.3.17).

Nesse ponto, é importante observar que essa argumentação foi firmada antes da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como a Reforma Trabalhista, considerando que a inovação normativa ratifica que "o negociado prevalece sobre o legislado".

De outro modo, no que tange à cota de aprendizes, é indubitável que o segmento da segurança privada tem, também, dificuldade para cumprir a cota imposta pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, especialmente, em razão da obrigatoriedade da Carteira Nacional de Vigilante, da periculosidade inerente à atividade, bem como da idade mínima exigida para o exercício da atividade de vigilância.

Assim, verificada a dificuldade do cumprimento da cota de aprendizes, essa Federação tem defendido a restrição da base de cálculo de aprendizes sobre o efetivo da administração da sede da empresa por meio das convenções coletivas de trabalho e, conforme bem defende a ilustre Doutora Lirian Cavalhero, em seu artigo jurídico a seguir, o afastamento da vinculação da Classificação Brasileira de Ocupações como parâmetro para definição se a atividade demanda ou não formação profissional evidenciada pelo Decreto nº 9.579/2018.

Dra. Soraya Cardoso Santos Pires
Especialista em Direito Constitucional, advogada interna da Fenavist.

UMA EMPRESA É
CONHECIDA PELO SEU DNA

E O NOSSO TEM INOVAÇÃO

SegurPro, o próximo passo
em **segurança**.

VIGILÂNCIA **TECNOLOGIA**

A **SegurPro** oferece ao mercado uma visão inovadora que integra os profissionais mais capacitados do setor e tecnologia de ponta capazes de elevar ainda mais o nível de segurança da sua empresa, disponibilizando soluções de segurança flexíveis e totalmente adaptadas às suas necessidades.

A **SegurPro** é uma empresa do **Grupo Prosegur**, empresa líder no Brasil e referência global no setor de segurança privada.

www.segurpro.com.br

segurpro
GRUPO
PROSEGUR

11 APRENDIZAGEM – FORMAÇÃO PROFISSIONAL – DISTORÇÃO DA LEI, POR MEIO DE DECRETOS

(Por Lirian Sousa Soares Cavalhero)

Nos últimos anos, vários atos normativos secundários, tais como Decreto, Portaria, Instruções Normativas etc. foram editados a respeito em contrariedade à Lei de Aprendizagem, não obstante serem atos que visam regulamentar leis e estabelecer regras procedimentais, portanto, lhes sendo vedado sofrer contrariedade, criar ou exorbitar a esta, mediante obrigações diferentes das previstas na Constituição e nas leis.

O problema central do presente ofício são as cotas destinadas à aprendizagem, pois os decretos que tratam sobre o assunto têm exorbitado o previsto no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assim dispõe:

> **Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.**

Acontece que o Decreto nº 9579/2018, que consolidou as normas sobre o assunto, exorbitou o seu poder regulamentar, como outrora já havia acontecido, ao criar obrigação que destoa da lei, determinando regras procedimentais, com clara interferência na liberdade empresarial e individual, ao estabelecer, *in verbis:*

> **Art. 52. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho.**

Ora, a competência do Poder Executivo, mediante seus ministérios, de classificar as atividades ocupacionais é evidente, mas de impor que essa classificação seja o que determina a formação profissional dos empregados, obrigando as empresas, para o desenvolvimento de suas atividades, a contratarem aprendizes que não demandem formação profissional, somente porque a função encontra-se descrita no Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é um ato que não faz parte de sua competência, conforme o art. 174 da Constituição, que só permite ao Estado agir como ente normatizador das atividades econômicas:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Assim, a interpretação do artigo 52 do Decreto nº 9579/2018, se for no sentido de obrigar que as empresas devam dimensionar as cotas de aprendizes com base nas atividades classificadas na CBO, estaria em desarmonia com a lei, ferindo o princípio da hierarquia das leis e da independência dos Poderes, pois o decreto estaria em confronto com a lei, ou seja, o Poder Executivo inferindo no Poder Legislativo.

A vinculação à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) afronta claramente o art. 429 da CLT que, ao dispor sobre o sistema de cotas de aprendizagem, previu que o percentual de aprendizes será calculado sobre os "trabalhadores existentes em cada estabelecimento CUJAS FUNÇÕES DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL" e não sobre um total de empregados independentemente da função.

Assim, o Estado – ao impor e obrigar curso para empregados, em atividades nas quais as pessoas não dependem de formação técnico-profissional, mas fazem porque querem e já sabem fazer isso, pois são atividades simples – claramente interfere na liberdade de ofício desses trabalhadores, ao criar norma que dita autoritariamente formação profissional metódica, técnica, para que essas pessoas trabalhem nessas funções que nunca demandaram tal formação.

E quanto às empresas, o Brasil é um país em que se respeita a liberdade de mercado e de iniciativa, conforme se depreende dos art. 1º e 170 da CF. Assim, as empresas é que precisam saber quais as funções devem ou não ter formação técnico-profissional metódica e treinamento, e não o Estado.

Claramente, portanto, a CBO NÃO define qual atividade demanda formação profissional, pois consta na CBO apenas a descrição de funções existentes do mercado de trabalho.

Diante do exposto, resta claro que a redação constante no art. 52 do Decreto nº 9579/2018 deve ser alterada para desvincular a CBO da formação profissional necessária para aprendizagem, sob pena de violação aos art. 1º, art. 2º, art. 5º inc. II e XIII, art. 59, art. 170 e art. 174 da Constituição Federal, uma vez que um decreto regulamentador não pode extrapolar o que dispõe a lei e exigir das empresas e dos trabalhadores formação técnico-profissional em atividades que não demandem isso, em verdadeira afronta ao direito de livre ofício e livre iniciativa.

Dra. Lirian Sousa Soares Cavalhero

Mestre em Direito pela UCB, sócia da Ope Legis Consultoria Empresarial, consultora jurídica de diversas entidades de classe e empresas. www.opelegis.com.br

ANOTAÇÕES

VI ESSEG

Estudo do Setor de Segurança Privada

APOIO

CNC Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

30 ANOS Fenavist